

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA TJ mantém condenação de Barbosa por kits escolares

Para a Justiça, itens para compra de material escolar ao custo de R\$ 8,2 milhões estavam superfaturados e poderiam gerar prejuízos aos cofres públicos

ILEGALIDADE

TJ mantém condenação do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto e de dois ex-secretários por improbidade administrativa em licitação para compra de kits de material escolar

Loriane Comeli

Reportagem Local

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve a condenação do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT), que exerceu mandato entre 2009 e 2012, e de seus ex-secretários Fábio Reali (Gestão Pública) e Karin Sabec Viana (Educação) por improbidade administrativa por insistirem na licitação para a compra de kits de material escolar ao custo de R\$ 8,2 milhões, mesmo com os apontamentos de que os itens estavam superfaturados e poderiam

gerar prejuízos aos cofres públicos. O julgamento ocorreu em 10 de fevereiro, mas o acórdão, relatado pelo desembargador Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso, foi disponibilizado apenas ontem no site do TJ.

O edital do pregão presencial foi publicado em fevereiro de 2012 e a sessão pública de lances seria em 7 de março. Cinco dias antes, o Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL) apontou várias irregularidades na licitação, como divergência entre o preço máximo do edital e o praticado no mercado, conforme pesquisa feita em diversas papelarias da cidade, e excessivo detalhamento dos objetos (borracha branca com impressão em preto, cola com pet retangular e tampa azul e apontador retangular), o que indicava o direcionamento da licitação.

No dia seguinte, em 3 de março, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público expediu recomendação ad-

ministrativa para o cancelamento da licitação tendo, como um dos argumentos, o fato de que a Prefeitura de Maringá havia comprado itens semelhantes por preço três vezes menor e com maior quantidade. A administração pedetista argumentava que os itens de Maringá eram de qualidade inferior aos que seriam comprados em Londrina. Assim, nem a impugnação do OGPL nem a recomendação do Ministério Público (MP) foram atendidas pelo governo de Barbosa.

No mesmo dia, a Controladoria-Geral do Município (CGM) também recomendou a suspensão da licitação, uma vez que duas das empresas que forneceram orçamentos para formação do preço máximo do edital eram do ramo têxtil e não revendiam materiais escolares. Então, no dia 7 de março, pouco antes da sessão de lances, finalmente a Gestão Pública cancelou a licitação.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

07 MAR 2015

No processo, os réus não rebateram as ilegalidades do edital; apenas alegaram que a licitação, de fato, não foi realizada e que não houve prejuízo ao erário. Portanto, estariam isentos de pena.

Porém, para o relator, Barbosa, "ciente dos vícios do edital apontados pela imprensa, pelo Observatório de Gestão Pública e pelo Ministério Público, tomou a decisão de dar prosseguimento ao certame" e Reali "manifestou o firme propósito de realizar a licitação até o dia marcado para a realização da sessão pública" e somente suspendeu o processo quando não tinha "mais condições de sustentar a continuidade", escreveu Pedroso.

Citando jurisprudência do próprio TJ, ele acrescentou que "o dolo do administrador se realiza na vontade genérica de fazer o que a lei veda, ou a de não fazer o que a lei manda, e prescindir de qualquer especial motivo, quer mesmo o de beneficiar a si ou a outrem com seu ato".

Como a sentença do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, foi mantida de maneira praticamente integral, os réus foram condenados à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e multa civil, considerando o salário que recebiam à época dos fatos. O TJ apenas retirou a condenação de proibição de contratar com o poder público, entendendo que se aplica apenas a empresas e particulares.

Ontem, os advogados de Barbosa, Reali e Karin não foram localizadas pela reportagem em seus telefones celulares ou escritórios.

Ex-secretário foi absolvido em processo disciplinar

O técnico de gestão pública Fábio César Reali Lemos, que além da Secretaria de Gestão Pública já foi titular de outros cargos do primeiro escalão, é servidor público de Londrina desde 1988 e está afastado das funções desde agosto de 2012, quando envolveu-se num esquema de fraude na compra de uniformes escolares para os alunos do ensino fundamental. A decisão de afastamento, proferida pela 3ª Vara Criminal, se deu como medida alternativa à prisão, solicitada à época pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Mesmo afastado, ele continua recebendo remuneração.

Reali respondeu a duas sindicâncias em razão de seu envolvimento com irregularidades na administração de Barbosa, mas foi absolvido nas duas. No caso dos uniformes, a Corregedoria-Geral não encontrou provas contra o servidor.

Quanto aos kits escolares, a Corregedoria entendeu que o fato de ele ter atendido à recomen-

dação da Controladoria-Geral e de o pregão não ter se efetivado impediram qualquer pena administrativa. "O descumprimento da recomendação do MP não configura infração disciplinar. A Corregedoria entendeu que se houve má-fé num primeiro momento, houve retração posterior e não houve danos ao erário", afirmou o corregedor-geral Alexandre Trannin.

Segundo o corregedor, quando a condenação por improbidade transitar em julgado (não houver mais possibilidade de recursos), o servidor poderá ser demitido, já que esta é uma das penas impostas a Reali.

Barbosa e Karin também são réus nas ações civis e criminais relativas à compra dos uniformes, ainda não julgadas nem em primeira instância. Karin, que também era servidora pública, perdeu o cargo em razão de processo disciplinar. Ela também já foi condenada em segunda instância pela compra de livros considerados racistas. (L.C.)

FOLHA DE LONDRINA

TJ-PR determina início das aulas imediato nas universidades estaduais

Decisão é do mesmo desembargador que havia deferido liminar para encerrar greve nas escolas

EDUCAÇÃO

Tribunal de Justiça determina retorno imediato ao trabalho de professores e servidores das sete universidades estaduais do Paraná.

Cerca de 70 mil estudantes estão sem aula

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Londrina - O desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), determinou ontem o retorno imediato ao trabalho de professores e servidores das sete universidades estaduais do Paraná. Trata-se do mesmo magistrado que determinou o retorno dos professores e funcionários das escolas estaduais ao trabalho e o início das aulas na quarta-feira passada. As universidades estaduais têm 70 mil estudantes.

No caso das instituições de Ensino Superior, a multa diária para o caso de des-

cumprimento será de R\$ 3 mil para cada um dos 11 sindicatos que representam as categorias. O despacho determina que os grevistas estão proibidos de obstruir o acesso às dependências das universidades ou a qualquer outro órgão público estadual ou de impedir o trabalho de outros servidores públicos.

O professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Renato Barbosa afirmou que a greve é um direito fundamental, assim como a sindicalização e a negociação coletiva. Destacou que somente o Ministério Público teria legitimidade para provocar o Judiciário nesse caso, e que a Procuradoria Geral do Estado não possui. Apontou também que qualquer greve não pode ser dissolvida sem uma assembleia. "E se os professores voltarem ao trabalho, a quem eles irão ministrar as aulas, já que os estudantes também estão em greve?", questionou.

O representante da Assuel (sindicato dos funcionários da UEL) Marcelo Seabra afirmou que ainda não recebeu

nenhuma notificação e por esse motivo não poderia se pronunciar sobre o assunto.

O membro do comando de greve e da seção sindical dos docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Manuel Moabis afirmou que a primeira negociação tinha acontecido na quinta-feira. Ele estranhou que na sequência o governo tenha entrado com um pedido judicial. "O governo não deu nenhum sinal para que voltássemos a dialogar", apontou Moabis.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, disse que o pagamento do 1/3 de férias será feito em março e que todos os direitos estão garantidos. "O decreto da autonomia universitária já estava em discussão e não havia motivos para entrar em greve por causa disso", afirmou. O governo, acrescentou o secretário, retirou o projeto original da Assembleia Legislativa e deixou claro que está estudando outras opções. "A obrigação judicial não é do governo, mas esperamos que seja respeitada e que voltemos a dialogar", apontou.

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF autoriza abertura de inquéritos contra três parlamentares do Paraná

A senadora Gleisi Hoffmann (PT) e os deputados federais Nelson Meurer e Dilceu Sperafico, ambos do PP, estão entre os 49 políticos que serão investigados pelo suposto envolvimento nos desvios de recursos da Petrobras

Das agências

São Paulo - O ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, deferiu ontem 21 pedidos de abertura de inquéritos feitos pelo procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, referentes com prerrogativa de foro e outros possíveis envolvidos em investigação cujo foco principal são desvios de recursos da Petrobras. Além dos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), há três parlamentares eleitos pelo Paraná entre os deputados e senadores que tiveram inquéritos abertos ou diligências investigativas autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal por suposto envolvimento no esquema de corrupção na Pe-

trobras: a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e os deputados federais Nelson Meurer e Dilceu Sperafico, ambos do PP.

Teori autorizou o Ministério Público Federal a investigar 54 suspeitos de envolvimento com um esquema que desviou ao menos R\$ 2,1 bilhões da Petrobras.

Entre eles estão 12 senadores e 21 deputados federais de cinco partidos - PP, PMDB, PTB, PT e PSDB (veja quadro nesta página).

Em todos os casos o ministro revogou o sigilo na tramitação dos procedimentos, tornando públicos todos os documentos. A instauração de inquéritos foi considerada cabível porque há indícios de ilicitude e não foram verificadas, do ponto de vista jurídico, "situações inibidoras do desencadeamento da investigação".

Para o ministro Teori, "o modo como se desdobra a investigação e o juízo sobre a conveniência, a oportunidade ou a necessidade de diligências tendentes à convicção acusatória são atribuições exclusivas do Procurador-Geral da República", cabendo ao Supremo Tribunal Federal "na fase investigatória, controlar a legitimidade dos atos e procedimentos de coleta de provas".

O ministro ressaltou que a abertura de inquérito não representa "juízo antecipado sobre autoria e materialidade do delito", principalmente quando os indícios são fundados em depoimentos colhidos em colaboração premiada.

CONTINUA

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ARQUIVAMENTOS

Referentes ao mesmo tema, foram deferidos ainda 6 pedidos de arquivamento de procedimentos preliminares que tramitavam em segredo de justiça. Nas decisões, o ministro argumenta que, de acordo com a jurisprudência da Suprema Corte, é irrecusável, por parte do Tribunal, pedido de arquivamento apresentado pelo Procurador-Geral da República, ainda que possa eventualmente considerar improcedentes as razões invocadas.

SEGREDO DE JUSTIÇA

Todos os procedimentos relacionados à citada investigação, inclusive os que foram arquivados, tiveram o sigilo revogado, por decisão do ministro relator Teori Zavascki, tendo em vista "não haver interesse social a justificar a reserva de publicidade". "Pelo contrário: é importante, até mesmo em atenção aos valores republicanos, que a sociedade brasileira tome conhecimento dos fatos relatados", argumentou o ministro. O ministro ressaltou que a lei impõe regime de sigilo ao acordo de colaboração premiada até a decisão de recebimento da denúncia. No entanto, nesses procedimentos, considerando que os colaboradores já têm seus nomes expostos publicamente, pois são réus em ações penais com denúncia recebida, e que o próprio Ministério Público manifestou desinteresse na tramitação sigilosa, "não mais subsistem as razões que impunham o regime restritivo de publicidade".

ENVOLVIDOS NEGAM

Os parlamentares já começam a negar envolvimento com as acusações. Presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi um dos primeiros a se manifestar à reportagem: "Estou tranquilo. Vou esperar o conteúdo para analisar e depois me pronuncio". Em nota oficial, Cunha afirmou que só falará "depois de conhecer as razões do pedido de inquérito".

Senador pelo PSDB de Minas Gerais, Antônio Anastasia, disse por sua assessoria de imprensa que só vai se pronunciar após seu advogado ter acesso aos autos do inquérito no qual é citado. Ex-governador mineiro, Anastasia é um dos dois políticos - o outro é o ex-presidente da República e senador Fernando Affonso Collor de Mello - cujos inquéritos não apenas foram aceitos, como já tiveram aprovados pedidos de diligências. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que só se posicionaria depois de ler o despacho do ministro do STF.

CONTINUA

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LISTA DE JANOT

Confira investigados pelo STF

- Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro
- Aline Lemos Corrêa de Oliveira Andrade
- Anibal Ferreira Gomes
- Arthur Cesar Pereira de Lira
- Benedito de Lira
- Cândido Elpidio de Souza Vacarezza
- Carlos Magno Ramos
- Ciro Nogueira Lima Filho
- Dilceu João Sperafico
- Edison Lobão
- Eduardo Cunha
- Eduardo Henrique da Fonte De Albuquerque Silva
- Gladison de Lima Cameli
- Gleisi Helena Hoffman
- Humberto Sérgio Costa Lima
- Jeronimo Pizzolotto Goergen
- João Alberto Pizzolatti Junior
- João Felipe de Souza Leão
- João Luiz Argôlo Filho
- João Sandes Junior
- José Afonso Ebert Hamm
- José Linhares da Ponte
- José Mentor Guilherme de Melo Neto
- José Olimpio Silveira Moraes
- José Otávio Germano
- José Renan Vasconcelos Calheiros
- Lázaro Botelho Martins
- Luiz Carlos Heinze
- Luiz Fernando Ramos Faria
- Luiz Lindbergh Farias Filho
- Mário Silvio Mendes Negromonte
- Nelson Meurer
- Pedro Da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto
- Pedro Henry Neto
- Renato Delmar Molling
- Renato Egígio Balestra
- Roberto Pereira de Britto
- Roberto Sergio Ribeiro Coutinho Teixeira
- Romero Jucá Filho
- Roseana Sarney Murad
- Simão Sessim
- Valdir Raupp de Matos
- Vander Luiz Dos Santos Loubet
- Vilson Luiz Covatti
- Waldir Maranhão Cardoso

ARQUIVAMENTOS

- Delcídio do Amaral Gómez
- Alexandre José dos Santos
- Henrique Eduardo Lyra Alves
- Aécio Cunha Neves

REMESSA À JUSTIÇA DO PARANÁ

- Cândido Elpidio de Souza Vacarezza
- Antonio Palocci Filho

REMESSA DE DOCUMENTOS AO STJ

- Ciro Nogueira Lima Filho
- Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro

REMESSA AO TRF DA 1ª REGIÃO

- João Alberto Pizzolatti Junior
- Pedro Da Silva Correa De Oliveira Andrade Neto

Fonte: Supremo Tribunal Federal/Agência Estado

CONTINUA

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

Envolvimento de políticos foi apontado por Costa e Youssef

Brasília - Antes de chegar até o Supremo Tribunal Federal (STF), o envolvimento de políticos no esquema de corrupção e cartel na Petrobras foi apontado pelos depoimentos do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, no processo de delação premiada junto à Justiça Federal do Paraná. Foram citados políticos do PT, PP, PMDB, PSB e PSDB. Os depoimentos de Costa foram colhidos pela Polícia Federal entre agosto e setembro do ano passado, e os de Youssef, entre outubro e novembro. A delação de Costa foi homologada pelo ministro Teori Zavascki, delator da Lava Jato no STF, em setembro de 2014, mas o ministro decidiu esperar o conteúdo dos depoimentos de Youssef, que só chegaram ao Tribunal em dezembro, para verificar se havia fatos semelhantes nos relatos de ambos e assim construir indícios mais consistentes sobre o envolvimento de cada um dos políticos.

O caso chegou ao Supremo porque os delatores relataram envolvimento de parlamentares e outras autoridades no esquema de corrupção. O STF é a instância em que membros do Congresso, ministros de Estado e membros dos tribunais superiores têm foro. No caso de governadores e membros de tribunais de contas estaduais, a competência é do Superior Tribunal de Justiça.

Para investigar alguém com foro especial é preciso da autorização dos tribunais competentes. Nos casos de autoridades citadas, portanto, o juiz federal Sérgio Moro, que conduz a Lava Jato na primeira instância, não poderia dar sequência às investigações.

O material foi encaminhado também a Rodrigo Janot, procurador-geral da República e responsável por pedir investigações de parlamentares e autoridades com foro perante o STF e o STJ. Janot solicitou a Zavascki, a partir daí, o desmembramento das delações.

CONTINUA

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Gleisi mantém silêncio enquanto Meurer estuda dividir defesa

Edson Ferreira

Reportagem Local

Procurada pela reportagem da FOLHA logo após a divulgação da lista pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a senadora Gleisi Hoffmann (PT) disse, por meio da assessoria de imprensa, que ainda não se manifestaria sobre a abertura de inquérito para apurar o suposto envolvimento dela com o esquema de pagamento de propina investigado na operação Lava Jato. A assessoria informou que enviaria nota posteriormente.

Também investigados pelo STF, os deputados federais do Paraná Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) não foram localizados pela reportagem.

Ex-líder do PP na Câmara dos Deputados, Meurer afirmou, à tarde à Agência Estado, que se o Supremo Tribunal Federal decidisse investigá-lo poderia se associar a outros colegas na mesma situação para tentar conseguir preço mais baixo dos advogados. "Se o ministro Teori Zavascki autorizar abertura de inquérito, vou ser obrigado a ter advogado. Cada um vai defender a sua situação. O que pode haver, e não aconteceu, porque você nem sabe quem vai ficar nessa abertura de inquérito, é talvez procurar um advogado conjunto só para tentar baixar o custo", afirmou Meurer.

Para ilustrar o raciocínio, o deputado deu um exemplo com valores hipotéticos. "Por exemplo: se eu sozinho for contratar advogado, ele vai me cobrar R\$ 50 mil. Mas, se eu arrumar mais três companheiros... Isso se eu estiver na lista, porque até agora é a imprensa que está falando... Eu posso pegar três companheiros e falar: olha, faz R\$ 20 mil para cada um e defende os três."

Meurer deu a declaração após ser questionado se o PP iria oferecer uma defesa centralizada para todos seus filiados que, eventualmente, forem investigados. Segundo ele, caso os políticos tentem ter um único advogado, isso não terá nada a ver com a legenda. (Com Agência Estado)

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Crescem denúncias de agressões

contra mulheres

Ligue 180 recebeu quatro relatos de violência sexual por dia em 2014 em todo o País, aumento de 20%; cárcere privado também teve mais notificações

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - As denúncias de violência sexual contra mulheres cresceram 20% no ano passado no Brasil, se comparadas ao ano anterior. Em média, o serviço Ligue 180, do Governo Federal, realizou quatro atendimentos por dia em 2014 relativos a casos de estupro, assédio e exploração sexual. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República. Amanhã, 8 de março, é o Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Das 485.105 ligações recebidas pelo serviço, 52.957 correspondem a relatos de violência, sendo que 35,47% (18.869) deles foram encaminhados a órgãos de segurança pública e ao sistema de Justiça, o que depende da autorização da própria vítima. Foram 27.369 agressões físicas (51,68%), 16.846 psicológicas (31,81%), 5.126 de violência moral (9,68%), 1.028 de violência patrimonial (1,94%), 1.517 de violência sexual (2,86%), 931 de cárcere privado (1,76%) e 140 de tráfico de pessoas (0,26%).

Em comparação com 2013, a central constatou que hou-

ve aumento de 50% nos registros de cárcere privado, numa média de 2,5 por dia, e de 18% nos casos de estupro, numa média diária de três denúncias. Campo Grande (MS) foi a capital com a maior taxa de atendimentos, seguida de Brasília (DF) e Vitória (ES). Conforme a SPM, os números evidenciam a interiorização do alcance do Ligue 180 para municípios que não contam com serviços especializados. As 30 cidades que mais recorreram ao serviço têm menos de 20 mil habitantes.

Entre as unidades da federação, a maior procura ocorreu no Distrito Federal, onde foram contabilizados 2.120 registros, o equivalente a 158,48 para cada 100 mil mulheres. Em seguida, aparecem Mato Grosso do Sul, com 91,61, e Rio de Janeiro, com 91,18. O Paraná vem na 13ª colocação, com 2.930 denúncias encaminhadas e uma taxa de 55,17 para o mesmo grupo populacional. Na outra ponta, Ceará e Amazonas são os estados com menor número de casos notificados em proporção: 21,52 e 12,95, respectivamente.

PARANÁ

O Ministério Público (MP) do Estado registrou 5 mil ocorrências de violência contra mulheres no segundo semestre de 2014, o que corresponde a uma média de 27 agressões por dia. Destas, pelo menos 168 aconteceram em Londrina. Os dados são do cadastro unificado do órgão, que reúne informações de inquéritos relacionados à Lei Maria da Penha encaminhados às promotorias de Justiça. Conforme o levantamento, 55% dos crimes foram praticados por maridos e companheiros e outros 24% por ex-maridos e ex-companheiros.

No Paraná, MP registrou 5 mil agressões em geral no segundo semestre

CONTINUA

Além disso, 2.039 ocorrências foram classificadas como lesões decorrentes de violência doméstica, o que significa que as vítimas foram agredidas dentro de suas próprias casas. A promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) do MP, disse que os números podem ser ainda maiores, uma vez que há casos não notificados ou que não foram repassados ao órgão, por estarem em fase de investigação policial.

De junho a setembro de 2014, por exemplo, quando os números já estão mais consolidados, o MP registrou 2.961 crimes de conotação sexista. Em Londrina, aconteceram 113 casos, média superior a um por dia. Os bairros Centro, Vista Bela, Vila Casoni e Santa Rita 1 foram os com maior incidência de agressões. Aquiles

Stenghel, Jardim Bandeirantes, Jardim do Sol, Jardim Monte Cristo, Jardim União da Vitória e Jardim Vale Azul também figuram na lista dos mais violentos.

“Esse controle estatístico é importante para termos a noção de onde acontecem mais casos. Outra coisa que deve ocorrer, urgentemente, são as campanhas de conscientização, para que os dados não sejam contaminados pela subnotificação”, afirmou Mariana. Segundo ela, muitas mulheres não têm coragem de registrar os abusos, por medo de se expor ou sofrer represálias.

“Tudo isso é parte de um fenômeno machista ainda presente na sociedade. Mas elas precisam ter a consciência de que existem medidas protetivas”, disse.

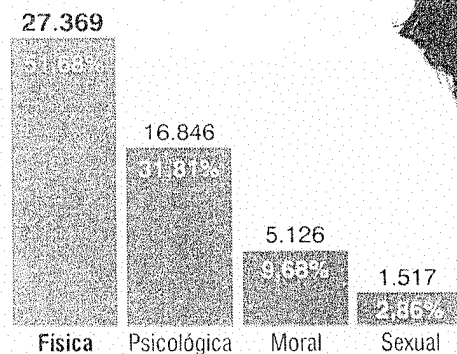
Para discutir a relação entre o machismo e a violência de gênero, o MP irá promover uma palestra, no próximo dia 16, das 8h30 às 12h30, no auditório da entidade, no bairro

Centro Cívico, em Curitiba. O objetivo é justamente suscitar “um novo olhar sobre os padrões de masculinidade”. Os casos de violação aos direitos femininos podem ser denunciados diretamente nas delegacias ou por meio do Ligue 180. A promotora de Justiça contou que, apesar de a polícia ser a “porta de entrada”, o MP também está aberto para receber as notificações.

RANKING

Denúncias mais comuns entre os 52.957 relatos de violência recebidos pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em 2014

TIPOS DE VIOLÊNCIA



07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Auditor fiscal é exonerado de cargo comissionado na Receita Estadual

*Apuração começou após MP receber
informação de que comerciante
teria pago propina de R\$ 200 mil*

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - O auditor fiscal Marcio de Albuquerque Lima foi exonerado do cargo de inspetor geral da Coordenação da Receita Estadual no Paraná. A exoneração ocorreu na última segunda-feira, dia 2 de março. No entanto, o decreto só foi publicado no Diário Oficial ontem, um dia após o nome do inspetor constar na lista de auditores fiscais investigados pelo Ministério Público por suspeita de corrupção.

Até o final da tarde de ontem, o nome de Marcio de Albuquerque Lima permanecia no site da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) como o representante do setor de Inspeção Geral de Fiscalização da Receita Estadual. Mesmo com a exoneração do cargo comissionado, Lima continua no quadro de servidores como auditor fiscal. Um funcionário do setor de fiscalização em Curitiba informou apenas que o auditor está em férias desde o dia 2. A assessoria de imprensa não retornou as ligações para esclarecer os motivos da exoneração.

O Ministério Público investiga Lima e outros cinco auditores de Londrina por suspeita de cobrança de propina, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Na quinta-feira, mandados de busca e apreensão foram cumpridos em endereços relacionados a 21 pessoas e 20 empresas de Londrina e região, além da Capital. Documentos e computadores também foram recolhidos em cinco escritórios de contabilidade.

As investigações foram iniciadas após a informação de que o proprietário de um estabelecimento comercial do setor de vestuário teria pago R\$ 200 mil em propina a um auditor da Receita Estadual em Londrina. Os promotores suspeitam da existência de empresas em nome de parentes e de terceiros que teriam sido utilizadas para encobrir o esquema. O Ministério Público aguarda a colaboração de empresários e contadores para mensurar o enriquecimento ilícito. Uma equipe formada por quatro auditores deve analisar todo o material apreendido.

Lima chegou a ocupar o cargo de delegado da Receita

Estadual em Londrina. Além dele, são investigados Luiz Antônio de Souza, José Luiz Favoreto Pereira, Orlando Aranda, Marco Antônio Bueno e Antônio Carlos Lovato. Os três primeiros estão presos por suspeita de envolvimento em crimes de exploração sexual, em outra investigação conduzida pelo Gaecco. Marco Antônio Bueno e Antônio Carlos Lovato permanecem no exercício das funções.

De acordo com o delegado da Receita Estadual em Londrina, Marcelo Melle, os dois servidores serão remanejados para o cumprimento de serviços internos. "O objetivo é evitar o contato direto entre auditores e empresários até o esclarecimento dos fatos. Já mudamos toda a parte gerencial do setor de fiscalização e pretendemos mudar as formas de fiscalização também. As informações que envolvem esses servidores serão encaminhadas para a Corregedoria da Receita", afirmou.

Melle assumiu o cargo no dia 18 de fevereiro com a missão de reestruturar o órgão. Os advogados dos auditores não foram localizados para dar entrevista. Os auditores presos já são alvo de sindicância interna. Mesmo afastados do cargo, eles continuam recebendo salários que variam de R\$ 25 mil a 30 mil, conforme o Portal da Transparência do Governo do Estado.

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz autoriza novo depoimento de Youssef

Carla Araújo
Agência Estado

São Paulo - O juiz Sérgio Moro aceitou o pedido da defesa do doleiro Alberto Youssef e determinou que ele seja submetido a um novo interrogatório no dia 31 de março de 2015, às 10 horas. A defesa de Youssef solicitou um novo depoimento à Justiça Federal do Paraná em uma das 11 ações penais em que ele é réu. A ação refere-se à acusação de que Youssef teria liderado uma quadrilha que evadiu cerca de US\$ 500 milhões entre 2009 e 2013 por meio de importações fictícias com base em contratos de câmbio firmados por empresas de fachada. Dentre as empresas utilizadas para evadir o dinheiro estão a Labogen e a Piroquímica.

Segundo a defesa do doleiro, que firmou acordo de delação premiada e tem obrigação de colaborar com as investigações, o objetivo do novo depoimento é "para que esse órgão julgador possa sentenciar os eventos (supostamente) delitivos constantes na incoativa da maneira mais justa e correta", assinala a petição encaminhada, no mês passado, à Justiça Federal.

O argumento da defesa acatado por Moro é que, na ocasião do primeiro depoimento do doleiro sobre o caso, anterior à firmação do acordo de delação premiada, ele permaneceu calado. "A Defesa de Alberto Youssef, por sua vez, requereu a designação de novo interrogatório, sob o argumento de que, conquanto à época de seu depoimento tenha permanecido em silêncio, atualmente, após a formalização do acordo, pretende esclarecer questões atinentes a este processo", destaca a decisão de Moro.

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-deputado federal é afastado da reitoria do IFPR

*Ação aponta suposta ilegalidade
na permanência de Irineu
Colombo no comando do instituto*

Edson Ferreira

Reportagem Local

O reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e ex-deputado federal pelo PT, Irineu Mario Colombo, foi afastado do cargo por decisão da Justiça Federal. Divulgada na última terça-feira, a liminar atende pedido feito em ação popular apresentada pelo professor do IFPR, Frederico Fonseca da Silva, que aponta suposta ilegalidade na permanência de Colombo no comando do instituto, em razão do vencimento do mandato no ano de 2014. O pró-reitor Ezequiel Westphal já assumiu o lugar de Colombo.

Na decisão, a juíza federal Silvia Regina Salau Brollo acatou o argumento de que "a homologação do resultado da consulta para o cargo de reitor se deu para o período 2011-2014". De acordo com a juíza, a concessão da liminar é necessária para evitar que a continuidade de Colombo como reitor resulte em "prática de atos viciados e passíveis de serem anulados, em prejuízo da administração pública".

Irineu Mario Colombo assumiu o cargo de reitor do IFPR no lugar do ex-reitor Alípio dos Santos Leal, que deixou a função para assumir a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em

2011. Outros afastamentos já marcaram a gestão de Colombo. Em agosto de 2013 ele foi afastado temporariamente, por 90 dias, pela Justiça Federal, após as investigações realizadas pela Polícia Federal, que culminaram na prisão de 18 pessoas, sobre supostos atos de improbidade administrativa.

Não ficou comprovado o envolvimento do reitor nas fraudes apuradas pela PF e o novo afastamento dele nesta semana não tem relação com aquela investigação.

A reportagem procurou o advogado Robson Busato, apresentado como defensor de Colombo na ação popular, mas o telefone indicado pelo portal da OAB-PR não é mais dele. O IFPR divulgou nota apenas confirmando o afastamento de Colombo, sem mais detalhes.

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Leniência Judicial

Uma greve em andamento; outra, a dos motoristas e cobradores, no disparo para segunda-feira. Ambas por uma deficiência do Judiciário, a de não fazer cumprir as suas decisões. A dos professores, à conta da Justiça estadual e a dos ônibus por força das experiências anteriores em que a Justiça trabalhista havia determinado a manutenção da cota mínima de 70% da frota, o que também não se respeitou pela mesma alegação de agora, a falta de autuação.

Felizmente, no caso do transporte, o Sindimoc fez um acerto com o Ministério Público do Trabalho e suspendeu o indicativo de greve na tarde de ontem e no front estadual uma reunião entre governo, professores e desembargadores se dava no Tribunal de Justiça em busca de um consenso. A questão previdenciária está resolvida pela decisão de Beto Richa de suspender a projetada fusão dos fundos, já condenada por autoridades federais.

Não se vive uma democracia sem a dialética de princípios aparentemente opostos, porque na verdade convergentes, entre os polos da autoridade e o da liberdade. Nos tempos em que vivemos de corda esticada, o da liberdade sobrepuja o da autoridade. Devemos em grande parte o poder arregimentador dos professores pela omissão da autoridade, às vezes quase pusilânime, ao menor sinal de irritação sindical. O caso dos caminhoneiros, bloqueando estradas, também na linha da resistência civil, como no evento da invasão legislativa, acentuou o abuso da liberdade por ausência de autoridade.

Mesmo que se olhe tais demandas na perspectiva da luta de classes, há uma deformação populista na forma como a autoridade se verga às contingências e se presta à submissão servil a pressões de massas. Isso deseduca o sindicalismo e o habitua ao clima de chantagens e não o enfrentamento do conflito que, afinal, determina o avanço histórico das reivindicações.

Autoridade demais, como houve no pacote e no tratoço, gera a tirania; ações como as da ocupação do Legislativo induzem à anarquia e à anomia, isso é a anulação das referências institucionais.

Exemplo

Finalmente, um exemplo rígido de justiça: vai a júri popular o autor da acidente que matou uma família inteira. Em que pese a evolução conceitual sobre esse tipo de crime, casos como o de Ribas Carli, seis anos em trâmite na primeira e na instância superior, sem a definição do júri, é negativo, ainda que revelando a capacidade do advogado de defesa no recurso protelatório.

Debate

O ex-secretário de Segurança, também policial federal, Reinaldo de Almeida Cesar, ataca de forma virulenta seu colega e sucessor na área, Fernando Francischini, especialmente, nos episódios do camburão a conduzir deputados e seu enfrentamento desastroso com um manifestante no Centro Cívico.

Houve repique do Francischini que disse que Reinaldo carregava a mala de José Sarney. Na verdade, Reinaldo comandou operação relevantíssima em São Paulo que denunciou juízes acusados de vender sentenças.

Intimação

A APP Sindicato liberou todos os funcionários da sede para evitar a citação judicial, mas isso acabou ocorrendo no próprio Palácio da Justiça onde tiveram encontro com desembargadores e o governo. Assim tem agora seus movimentos limitados com a interdição da greve e a decisão para os próximos passos ficou por conta do comando.

07 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Expansão da biometria

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná programou para este ano a expansão do sistema biométrico para 79 novos municípios do Estado. Segundo o TRE, os municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Pinhais e Piraquara, todos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), terão o recadastramento a partir do mês de maio. Esta primeira fase se estenderá até setembro e a segunda fase compreenderá o período de outubro de 2015 até janeiro de 2016. Quando finalizada esta expansão, o Paraná contará com cerca de 65% de seu eleitorado apto a votar em urnas biométricas.

CLAUDIO HUMBERTO

Janot está entre vaga no STF e recondução à PGR

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, causou estranheza ao avisar parlamentares de que seriam citados no escândalo na Lava Jato. Essa atitude, que ele classificou de institucional, é própria de quem se articula politicamente. Afinal, há disponível uma vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF), à qual é "candidato natural", ou terá de disputar a recondução ao cargo na PGR, dentro de seis meses.

Mão na roda

Ao avisar os que seriam citados, Janot permitiu aos políticos antecipar fatos, bolar "antídotos" ao noticiário e contratar os melhores advogados.

Lista tríplice

Para ser reconduzido ao cargo, Janot terá de entrar na lista tríplice dos mais votados pelos colegas. E ser nomeado por Dilma.

Em campanha

O presidente do Senado, Renan Calheiros, chegou a afirmar que Janot está "em processo eleitoral", para buscar a recondução ao cargo.

OPINIÃO DO LEITOR

Ligeireza do STF

Está certo: lei é lei, mas a ligeireza com a qual o STF cuidou do caso do José Genoino, extinguindo a sua ação criminal, foi espantosa. Sem generalizar, visto que há julgadores excepcionais, mas quem dera uma boa parte poderia seguir o exemplo das excelências.

JOSÉ ROBERTO BRUNASSI (advogado) – Londrina

08 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Lava Jato

A senadora Gleisi Hoffmann (PT) divulgou nota oficial ontem, no final da noite, sobre o fato de estar sendo investigada como envolvida no esquema de corrupção da Petrobras. Ela manifestou tristeza e tranquilidade. "Tristeza por ter meu nome envolvido em caso de corrupção. O maior patrimônio que eu tenho, construído ao longo destes anos é o meu nome e a minha trajetória pública em defesa do direito das pessoas e de uma sociedade com justiça social. E tranquilidade, porque eu não temo a investigação e terei condições de provar que nada tenho com este esquema que atacou a Petrobras. A investigação é oportunidade de esclarecimento dos fatos e espero que seja a forma de acabar com o julgamento antecipado". A parlamentar conclui a nota dizendo que "não conheço e jamais mantive contato com Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef" e diz estar disposta a colaborar com todo o processo investigatório.

Posse

O advogado e professor londrinense Zulmar Fachin toma posse amanhã como membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas (APLJ), instituição criada em 1998, que reúne os autores das publicações mais relevantes sobre direito do estado. Fachin é o único londrinense a ocupar uma das 40 cadeiras. Ele foi eleito para a vaga deixada pelo advogado – também londrinense – Nely Lopes Casali, que atuou na fundação dos cursos de direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade do Norte do Paraná (Unopar). Casali faleceu em um acidente automobilístico em 2007, aos 85 anos.

OPINIÃO DO LEITOR

Obrigado STF

Aproveito esse momento para expressar meus sinceros agradecimentos aos ministros do Supremo Tribunal Federal que votaram pela absolvição do ex-deputado José Genoino, que foi covardemente enxotado pela mídia e pelos opositores do PT. Cabe agora aos magistrados ordenar que a União indenize Genoino pelas atrocidades cometidas por todos nós brasileiros, corruptos, desonestos, descumpridores das leis. Genoino bem como todos os condenados injustiçadamente no mensalão são vítimas de um complô e de uma organização criminoso (nós brasileiros). Que esse ato de benevolência seja exemplar aos que futuramente acusarem sem provas os cidadãos de honra e que prestaram serviços notórios para o desenvolvimento da nação. Que sejam lembrados no futuro como heróis de um povo que vivia sob um regime de opressão.

ROGEMAR MONTEIRO (servidor público) – Londrina

09 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria Pública está há sete meses sem recursos para custeio

Unidades sofrem com a falta de combustível e atrasos nos pagamentos das contas de água e luz, além de fornecedores

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – As 22 unidades de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) sofrem com a falta de recursos para o custeio desde julho do ano passado. A situação já atrapalha o atendimento à população carente e expõe ainda mais a falta de estrutura do órgão no Estado.

De acordo com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná (Adepar), há atraso no pagamento de contas de água e luz e de diversos fornecedores de áreas como segurança e limpeza pública. Há falta ainda de combustível para os carros oficiais e os salários dos estagiários estão atrasados.

“Os defensores estão trabalhando em péssimas condições e vamos tentar fazer o pagamento para os estagiários na próxima semana, já que alguns estão até saindo do órgão. Se não houver uma mudança de postura do governo o próximo passo será, inevitavelmente, o fechamento das portas da Defensoria, o que seria um retro-

cesso para o Paraná”, frisa Thaísa Oliveira, presidente da Adepar.

O orçamento geral da DPPR previsto para 2015 é de R\$ 140 milhões, porém, o Estado reservou apenas R\$ 38 milhões, dos quais R\$ 11 milhões são para o custeio e estruturação do órgão. A Adepar conseguiu, em janeiro, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma liminar determinando que o governo estadual cumpra a previsão orçamentária inicial e também respeite a autonomia da DPPR.

“Enviamos ao STF uma reclamação informando o descumprimento por parte do governo da decisão judicial”, relata Thaísa. A DPPR impetrou um mandado de segurança no Tribunal de Justiça (TJ-PR) cobrando o repasse do duodécimo – o valor mensal referente a divisão do orçamento total por 12 meses.

“Se você não sabe quanto irá receber por mês é impossível fazer um planejamento”, completa. O mandado ainda está sendo analisado pelo desembargador Abraham Lincoln.

APOIO

O Comitê Londrinense Pró Defensoria Pública se reuniu na noite de quarta-feira para discutir as dificuldades enfrentadas pela instituição. A DPPR em Londrina tem apenas quatro defensores, porém um já está se transferindo para Pernambuco. “A criação da Defensoria foi uma luta muito grande da sociedade e agora ela está acabando. Sem a instituição o mais pobre não tem a quem recorrer e ele tem direito à defesa, respaldado pela Constituição”, ressaltou o coordenador do Comissão de Direitos Humanos de Londrina, Carlos Enrique Santana.

CONTINUA

09 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

O Comitê pretende fazer levar a discussão sobre os problemas enfrentados pela Defensoria para a Câmara Municipal amanhã. O objetivo é angariar apoio das esferas municipais, Ministério Público, sindicatos e outras instituições da sociedade civil organizada. "É primordial evitar o esvaziamento e o fim da Defensoria. Ela é relevante para o interesse social e colabora para a diminuição da violência, além de auxiliar a população nas áreas de saúde, família e criminal", apontou o advogado Jorge Custódio, do Movimento Por Amor a Londrina.

A DPPR informou que "espera uma posição do governo estadual para que a situação se resolva rapidamente". A Secretaria da Fazenda do Paraná não respondeu aos questionamentos da reportagem.

09 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Caixa terá que indenizar clientes que tiveram contas sacadas

A instituição financeira também foi condenada a indenizá-los, a título de dano

A 5ª Turma do TRF da 1ª Região condenou a Caixa Econômica Federal (CEF) a ressarcir integralmente todos os valores sacados indevidamente das contas-poupança dos clientes, autores da ação. A instituição financeira também foi condenada a indenizá-los, a título de dano moral, no valor de R\$ 5 mil. A decisão foi tomada após a análise de recurso proposto pelos autores da ação contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido condenando o banco ao ressarcimento de um terço dos valores dos saques realizados.

Na apelação, os recorrentes requereram a recomposição integral do dano sofrido, uma vez que os valores constantes das contas-poupança foram indevidamente sacados por culpa da instituição financeira, que forneceu serviços ineficientes e possibilitou a terceiros a retirada do dinheiro. Pediram também a condenação da CEF ao pagamento de indenização por danos morais, "tendo em vista os dissabores em se verem privados de suas economias de uma vida toda, na hora em que efetivamente, por serem todos idosos, mais necessitam".

O colegiado aceitou os argumentos dos apelantes. Em seu

moral, no valor de R\$ 5 mil

voto, o relator, juiz federal convocado Francisco Neves da Cunha, explicou que é ilegítima a retirada de valores da conta poupança dos autores sem a comprovada existência de autorização, "gerando a responsabilidade da instituição financeira em reparar os danos daí decorrentes, sofridos pelos consumidores, em sua integralidade".

Ainda de acordo com o magistrado, "comprovado nos autos que houve saque indevido de valores depositados na caderneta de poupança dos apelantes, o dano moral afigura-se presumível, pois qualquer subtração fraudulenta do patrimônio de uma pessoa é causa suficiente a ensejar alterações em seu bem-estar ideal, cabendo à instituição bancária a sua reparação".

Com esses fundamentos, a Turma, de forma unânime, deu provimento à apelação para condenar a Caixa, a título de dano material, ao ressarcimento de todo o numerário sacado indevidamente das contas-poupança dos apelantes, bem assim para condená-la ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 5 mil.

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO
**STF investigará
49 envolvidos
no escândalo
da Lava Jato**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, relator dos processos da Operação Lava Jato, autorizou a abertura de investigação contra políticos envolvidos em desvios da Petrobras. A lista foi divulgada ontem à noite. No total, são 49 pessoas investigadas, entre eles os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB. A relação traz 12 senadores, 22 deputados, 13 ex-deputados e uma ex-governadora.

Três políticos do Paraná - a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e os deputados federais Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) - serão investigados por envolvimento no esquema de desvio na Petrobras descoberto na Operação Lava Jato. Meurer vai responder a dois inquéritos no STF

O presidente da Camargo Corrêa vai informar que a empresa pagou cerca de R\$ 102 milhões em propina na usina de Belo Monte

CONTINUA

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INVESTIGADOS

PP

Ciro Nogueira (PI)
senador

Benedito de Lira (AL)
senador

Gladson Cameli (AC)
senador

Aguinaldo Ribeiro (PB)
deputado

Simão Sessim (RJ)
deputado

Nelson Meurer (PR)
deputado

Eduardo da Fonte (PE)
deputado

Luiz Fernando Faria (MG)
deputado

Arthur Lira (AL)
deputado

Dilceu Sperafico (PR)
deputado

Jeronimo Goergen (RS)
deputado

Sandes Júnior (GO)
deputado

Afonso Hamm (RS)
deputado

Missionário José Olímpio (SP)
deputado

Lázaro Botelho (TO)
deputado

Luís Carlos Heinze (RS)
deputado

Renato Molling (RS)
deputado

Renato Balestra (GO)
deputado

Lázaro Britto (BA)
deputado

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.



Waldir Maranhão (MA)
deputado

José Otávio Germano (RS)
deputado

Mário Negromonte (BA)
ex-deputado e ex-ministro

João Pizzolatti (SC)
ex-deputado

Pedro Corrêa (PE)
ex-deputado

Roberto Teixeira (PE)
ex-deputado

Aline Corrêa (SP)
ex-deputada

Carlos Magno (RO)
ex-deputado

João Leão (BA)
ex-deputado e ex-vice governador

Luiz Argôlo (BA)
ex-deputado (filiação ao Solidariedade desde 2013)

José Linhares (CE)
ex-deputado

Pedro Henry (MT)
ex-deputado

Vilson Covatti (RS)
ex-deputado

PMDB

Renan Calheiros (AL)
senador e presidente do Senado

Romero Jucá (RR)
senador

Edison Lobão (MA)
senador

Valdir Raupp (RO)
senador

Eduardo Cunha (RJ)
deputado e presidente da Câmara

Anibal Gomes (CE)
deputado

Roseana Sarney (MA)
ex-governadora



PT

Gleisi Hoffmann (PR)
senadora

Humberto Costa (PE)
senador

Lindbergh Farias (RJ)
senador

José Mentor (SP)
deputado

Vander Loubet (MS)
deputado

Cândido Vaccarezza (SP)
ex-deputado

PSDB

Antonio Anastasia (MG)
senador

PTB

Fernando Collor (AL)
senador



APROQUIADOS

Aécio Neves (PSDB-MG)
senador

Delcídio Amaral (PT-MS)
senador

Alexandre Santos (PMDB-RJ)
deputado

Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)
deputado

REMESSAS DE DOCUMENTOS

Cândido Vaccarezza - remessa dos autos a origem

Pizzolatti Jr. Pedro Corrêa - remessa dos autos ao TRF

Ciro Nogueira Filho - remessa de documentos ao STJ

Agnaldo Veloso Borges Ribeiro - remessa de documentos ao STJ

Antonio Palocci - ex-ministro PT

Pedro Correa - ex-deputado (PE)

Supremo autoriza investigação de 49 envolvidos na Operação Lava Jato

No total, são 47 políticos citados e dois operadores do esquema. Lista divulgada nesta sexta-feira envolve filiados a seis partidos políticos

BRASÍLIA

Das agências

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou na noite desta sexta-feira (6) a relação de políticos que serão investigados por suposto envolvimento no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. O ministro Teori Zavascki, relator do caso no STF, autorizou a abertura de inquérito no Supremo contra 47 políticos de seis partidos (PT, PMDB, PP, PTB, PSDB e SDD) — veja a lista no infográfico. O PP é a sigla com mais filiados que responderão a inquéritos (31). Em seguida, vêm PMDB (sete), PT (seis), PSDB (um) e PTB (um) e SDD (um). Zavascki também suspendeu o sigilo sobre o processo — o que fará com que o processo seja público.

Dentre os investigados estão 12 senadores e 22 deputados federais, 12 ex-deputados e uma ex-governadora (Roseana Sarney, do Maranhão). A cúpula do Congresso será investigada. Foram autorizadas a abertura de inquérito contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Também

serão investigados no STF dois operadores do esquema: o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e lobista do PMDB Fernando Soares, o “Fernando Baiano”. Os pedidos de investigação contra outros quatro políticos foram arquivados. Também houve a remessa de casos envolvendo políticos sem direito a foro privilegiado no Supremo para outras instâncias judiciais — caso do ex-ministro Antonio Palocci.

Lavagem

Os 47 políticos e dois operadores serão investigados por envolvimento no esquema desvendado pela Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 para investigar um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas (envio ilegal de dinheiro ao exterior) que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões. A investigação resultou na descoberta de um esquema de desvio de recursos da Petrobras, segundo as investigações da Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF).

DILMA 2010

A Procuradoria-Geral da República determinou a apuração sobre supostas irregularidades na arrecadação de recursos para a campanha de 2010 de Dilma Rousseff no pedido de abertura de inquérito contra o ex-ministro Antonio Palocci. O caso foi remetido para a 1ª instância porque ele não tem foro privilegiado.

Na última terça-feira (3), a Procuradoria-Geral da República havia encaminhado ao STF 28 pedidos de abertura de inquérito para investigar 54 pessoas. Também foram enviados ao STF sete solicitações de arquivamento. O material permaneceu em sigilo na Corte até esta sexta-feira, embora alguns nomes tenham vazado à imprensa.

Os inquéritos — maioria dos casos — não são acusações ainda, mas sim um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o Supremo autorize diligências para investigar uma autoridade. A partir de agora, podem ser chamadas testemunhas para depor e realizadas quebras de sigilo bancário e telefônico, por exemplo.

O STF é a instância em que membros do Congresso, ministros e membros dos tribunais superiores têm foro. No caso de governadores e membros de tribunais de contas estaduais, a competência é do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Possivelmente haverá em breve o pedido de abertura de inquéritos contra governadores formalizado ao STJ.

Se as provas colhidas no andamento dos inquéritos apontarem para indícios de crime, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, oferece uma denúncia formal ao STF. A aceitação ou não da denúncia é feita pelas Turmas do Supremo. No caso da Lava Jato, é a 2.ª Turma que vai decidir se aceita a denúncia e, portanto, se abre ação penal contra cada parlamentar ou pessoa investigada.

Veja a lista completa dos 47 políticos que serão alvos de inquéritos resultantes da operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal.

CONTINUAÇÃO

INVESTIGADOS

Políticos citados pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, em depoimentos de delação premiada, como beneficiários do esquema de desvio de recursos da estatal.

PT



• **Gleisi Hoffmann (PR)** senadora e ex-ministra da Casa Civil
Disse ter repassado R\$ 1 milhão à campanha da petista ao Senado em 2010, a pedido de Alberto Youssef.



• **Humberto Costa (PE)** senador
Afirmou que o petista recebeu R\$ 1 milhão para sua campanha em 2010.



• **Lindbergh Farias (RJ)** senador
Disse ter trabalhado como arrecadador de recursos de empreiteiras para financiar a campanha do petista para o governo do Rio no ano passado.

• **Cândido Vaccarezza (SP)** ex-deputado federal

• **Vander Loubet (MS)** deputado federal

• **José Mentor (SP)** deputado federal

• **Antonio Palocci (SP)** ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil

Teria pedido R\$ 2 milhões para a campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2010. (O processo foi remetido a outra instância)



PMDB



• **Renan Calheiros (AL)** presidente do Senado
Disse que o peemedebista recebeu propina em contratos com empreiteiras. A ex-contadora de Youssef ainda afirmou que o doleiro negociou R\$ 25 mil com Calheiros.

• **Edison Lobão (MA)** senador e ex-ministro de Minas e Energia

• **Roseana Sarney** ex-governadora do Maranhão

• **Romero Jucá (RR)** senador

• **Valdir Raupp (RO)** senador

• **Aníbal Gomes (CE)**, deputado federal

OUTROS POLÍTICOS SUPOSTAMENTE ENVOLVIDOS NO ESQUEMA



• **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**, presidente da Câmara dos Deputados
Um ex-policial federal ligado a Alberto Youssef disse ter levado uma mala de dinheiro à casa de Cunha.



• **Fernando Collor (PTB-AL)**, senador e ex-presidente da República
Segundo Youssef, Collor recebeu propina de R\$ 3 milhões de um negócio envolvendo a BR Distribuidora.

• **Antonio Anastasia (PSDB-MG)**, senador

• **Luiz Argôlo (SDD-BA)**, ex-deputado federal

PP



• **Nelson Meurer (PR)** deputado federal
Indicado pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa como beneficiário do esquema da Lava Jato, Meurer aparece em listas de remessas registradas no sistema paralelo de contabilidade do Posto da Torre, de Brasília, operado pelo doleiro Carlos Habib Chater.



• **Dilceu Sperafico (PR)**, deputado federal

• **Ciro Nogueira (PI)**, senador

• **João Leão**, vice-governador da Bahia e ex-deputado federal

• **João Pizzolatti (SC)**, ex-deputado federal

• **Simão Sessim (RJ)**, deputado federal

• **Aguinaldo Ribeiro (PB)**, deputado federal

• **Missionário José Olímpio (SP)**, deputado federal

• **Eduardo da Fonte (PE)**, deputado federal

• **Sandes Júnior (GO)**, deputado federal

• **Waldir Maranhão (MA)**, deputado federal

• **Jerônimo Goergen (RS)**, deputado federal

• **Renato Molling (RS)**, deputado federal

• **Arthur Lira (AL)**, deputado federal

• **Lázaro Martins (TO)**, deputado federal

• **Roberto Balestra (GO)**, deputado federal

• **José Otávio Germano (RS)**, deputado federal

• **Afonso Hamm (RS)**, deputado federal

• **Roberto Britto (BA)**, deputado federal

• **Benedito de Lira (AL)**, senador

• **Mário Negromonte (BA)**, ex-ministro das Cidades

• **Luiz Fernando Faria (MG)**, deputado federal

• **Aline Corrêa (SP)**, ex-deputada federal

• **Vilson Covatti (RS)**, ex-deputada federal

• **Pedro Corrêa (PE)**, ex-deputado federal

• **Roberto Teixeira (PE)**, ex-deputado federal

• **Gladson Cameli (AC)**, senador

• **José Linhares (CE)**, ex-deputado federal

• **Pedro Henry (MT)**, ex-deputado federal

• **Carlos Magno Ramos (RO)**, ex-deputado federal

• **Luiz Carlos Heinze (RS)**, deputado federal

ARQUIVADOS

• **Aécio Neves (PSDB-MG)** senador

• **Delcídio Amaral (PT-MS)** senador

• **Alexandre Santos (PMDB-RJ)** ex-deputado

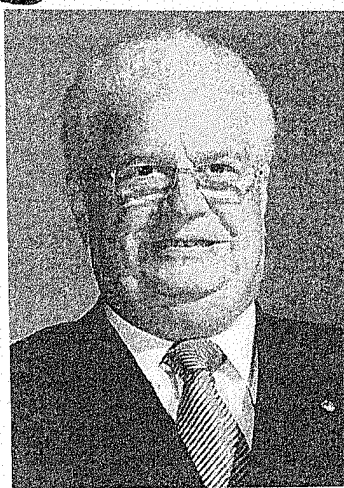
• **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)** ex-deputado

CONTINUA

3 paranaenses serão investigados no STF



Gleisi foi citada por Youssef.



Meurer está em lista de posto.



Sperafico teve doações oficiais.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT) e os deputados federais Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) responderão a inquéritos

Kelli Kadanus e Katna Baran

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki abriu inquéritos contra três políticos paranaenses nesta sexta-feira (6). A senadora Gleisi Hoffmann (PT) e os deputados federais Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP) serão investigados por envolvimento no esquema descoberto na Operação Lava Jato. Meurer vai responder a dois inquéritos no STF.

Os paranaenses foram citados pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa em depoimentos em regime de delação premiada. Os três estão na lista de políticos menciona-

dos pelos delatores e entregue pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao STF na terça-feira (3).

Em seus depoimentos, Youssef teria dito que entregou R\$ 1 milhão a um empresário, dono de um shopping em Curitiba, valor que, segundo ele, teria sido entregue à campanha de 2010 de Gleisi Hoffmann (PT), eleita senadora naquele ano. A informação foi publicada pela *Folha de S. Paulo* em outubro. Paulo Roberto Costa também disse, em delação premiada, que em 2010 recebeu pedido "para ajudar a campanha" de Gleisi.

A senadora já foi alvo de dois pedidos para depor na CPI da Petrobras, em outubro do ano passado. Gleisi, na época, negou qualquer envolvimento com Costa ou com o doleiro Youssef.

Procurada nesta sexta-feira, Gleisi afirmou que recebeu a notícia da investigação com "tristeza e tranquilidade". "Tristeza por ter meu nome envolvido em um caso de corrupção. O maior patrimônio que tenho é meu no-

me e minha trajetória pública. E tranquilidade porque não temo a investigação e terei condições de provar que nada tenho com esse esquema que atacou a Petrobras. A investigação é oportunidade de esclarecimento dos fatos e espero que seja a forma de acabar com o julgamento antecipado", declarou.

Deputados federais

Em janeiro deste ano, o juiz federal Sergio Moro encaminhou ao STF dados de movimentações registradas no sistema paralelo de contabilidade do Posto da Torre, de Brasília, que relacionam o nome do deputado federal paranaense Nelson Meurer (PP) a remessas operadas pelo doleiro Carlos Habib Chater, investigado na Lava Jato. A planilha mostrou pagamento de R\$ 42 mil para "Nelson Meurer". Na mesma página, há três remessas endereçadas só a "Nelson", no total de R\$ 103 mil, segundo reportagem publicada pelo jornal *O Globo*.

CONTINUA

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Paulo Roberto Costa havia indicado Meurer como um dos beneficiados pelo esquema. O doleiro Youssef afirmou que fazia remessas para Chater que, por sua vez, se encarregava de distribuir os valores para políticos em Brasília.

Beneficiado com mais de R\$ 1,1 milhão de doações da Galvão Engenharia na campanha de 2014, Meurer é o recordista em doações da Lava Jato entre os eleitos no Paraná. Meurer não foi localizado nesta sexta-feira para comentar os inquéritos abertos contra ele no STF.

O deputado federal Dilceu Sperafico (PP) recebeu R\$ 150 mil em doações oficiais de campanha em 2014 de empresas envolvidas na Lava Jato.

O deputado paranaense se disse surpreso com a citação do seu nome na lista de investigados da Operação Lava Jato. "Nunca tive relação nenhuma com nenhum dos citados, nem empresários, nem diretores da Petrobras", disse. O parlamentar afirmou ainda que espera que tudo seja esclarecido. "Estou tranquilo", declarou.

SEM INVESTIGAÇÃO

Paulo Bernardo não aparece na lista do STF

O nome do ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, que foi citado nesta semana como um dos possíveis integrantes da lista da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, não apareceu entre os investigados. Segundo depoimento em delação premiada, o ex-ministro supostamente teria sido intermediário de doações de campanha para sua mulher, Gleisi Hoffmann (PT), ao Senado, em 2010. O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa afirmou em sua delação que, em 2010, recebeu pedido "para ajudar a campanha" de Gleisi. Segundo ele, a solicitação teria sido feita por Paulo Bernardo.

À Folha de S. Paulo, o ex-ministro negou envolvimento seu e de Gleisi no esquema. "Chance zero de Youssef pedir para fazer uma doação para Gleisi", disse. "Ele não a conhece e não me conhece. A troco de quê vai fazer isso?". Em janeiro, o ex-ministro foi chamado como testemunha de defesa do presidente da UTC, Ricardo Pessoa, em uma das ações penais da Lava Jato. O depoimento ocorreria na quinta-feira (5), mas como o petista não foi encontrado para que a notificação fosse entregue, a oitiva foi adiada. (KB)

O suspense desta vez já não poderia ser atribuído ao prudente procurador-geral Rodrigo Janot, mas ao rigoroso ministro do STF, relator da Operação Lava Jato que recebeu na última terça as cinco caixas com os 28 pedidos de abertura de inquérito. Aceitos, perdem o laço de sigilo e os nomes neles implicados passam ao domínio público.

Enquanto o ministro Teori Zavascki não toca a sineta, convém recordar algo tão importante quanto o anúncio formal dos implicados nos escândalos. Em algum momento desta semana a cuidadosa tramitação processual sofreu inesperado sacolejo e os nomes dos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Eduardo Cunha, expoentes do agora endiabrado PMDB, apareceram claramente no noticiário. Como possíveis denunciados nos inquéritos, mas como conhecedores prévios do teor destes, o que explicaria as furiosas represálias do principal aliado contra um governo combatido e pego com a boca na botija.

O duplo vazamento põe em dúvida não apenas a qualidade da blindagem que deveria proteger a documentação, mas também revela a disposição dos operadores políticos do governo em enquadrar o parceiro, mesmo que escancarando uma acintosa intervenção em outro poder. Em outras palavras: o governo queria enquadrar o PMDB antes que chutasse o balde e acabou enquadrado por um partido que nunca escondeu seu principal projeto: assenhorar-se do poder, de preferência “numa boa”, sem estresse.

Ao acusar Janot de lhe negar o direito de defender-se, o senador alagoano Renan Calheiros (ex-ministro da Justiça de FHC) abriu o jogo, confirmou o vazamento, revelou seu deficiente convívio com os princípios republicanos e, principalmente, o grau do seu envolvimento nas malfeitorias reveladas pela Operação Lava Jato.

Como a presidente Dilma Rousseff substituiu as metáforas futebolísticas do antecessor pela sabedoria dos ditados populares, conviria lembrar um deles: bom cabrito não berra. O carioca Eduardo Cunha, seu colega no comando do

Legislativo, ofereceu uma variante — o bom malandro sabe a hora do pinote: de surpresa, visitou a recém-instalada CPI da Petrobras e elegantemente ofereceu-se a prestar aos colegas os necessários esclarecimentos.

Com estresse ou sem estresse, com salamaques ou punhais florentinos, começou a ruptura da frente PT-PMDB. Funcionou plenamente ao longo dos dois mandatos de Lula e mais ainda no primeiro de Dilma, quando o presidente efetivo do PMDB, Michel Temer, foi seu vice. A reeleição, longe de consolidar a relação, só a enfraqueceu.

O PT vive inédita solidão, atingido duramente nos seus bríos éticos pelos escândalos do mensalão e do petrolão, rigorosamente impotente. Menos vulnerável aos constrangimentos morais e agora dono incontestemente do Poder Legislativo, o PMDB toma todas as iniciativas e está empurrando o ex-parceiro a aproximar-se do antigo rival, o odiado PSDB. Com fama de desorganizado e oportunista, interessado apenas em vantagens materiais e imediatas, começa a ficar claro que o flácido PMDB, filho do MDB opositorista durante a ditadura, está exercitando a musculação e segue um roteiro rigoroso sem preocupar-se com a possibilidade de pequenos, médios ou grandes confrontos com o parceiro.

Raposas aparentemente desdentadas e amuadas de repente começam a exibir novas dentaduras e inesperado ânimo de lobos. Começam a fazer sentido algumas iniciativas do passado recente, entre elas a carta-testamento de José Sarney que entregava a Dilma a gloriosa tarefa de conduzir o país a uma nova experiência parlamentarista. Agora, 53 anos depois, com um partido revigorado e um projeto de poder, o PMDB oferece ao PT e ao governo Dilma a possibilidade de concluir o mandato sem sobressaltos.

As longas esperas podem ter serventia ao permitir como passatempo a lembrança de hipóteses que no corre-corre ficaram esquecidas.

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Segunda-feira é o dia decisivo da greve

Professores decidem fim da greve na segunda

Após uma nova rodada de negociações mediada por um desembargador do TJ-PR, a categoria marcou uma assembleia geral para segunda-feira. Nas universidades ainda há resistência. Justiça determinou a volta imediata das instituições ontem.

Em uma nova assembleia geral na Vila Capanema, os professores da rede estadual decidirão se encerram a paralisação ou não. Mediação do TJ-PR com o governo estadual parece ter surtido efeito

Latarina Scortecci,
especial para a Gazeta do Povo

Em greve há 27 dias, professores da rede estadual de ensino vão se reunir na segunda-feira (9) para decidir sobre os rumos da mobilização. A assembleia está marcada para as 8h30 em Curitiba, no estádio da Vila Capanema, onde mais de 20 mil professores decidiram pela continuidade da greve na última quarta-feira.

Na pauta da nova assembleia está uma carta-compromisso assinada na manhã de ontem pelo governo

do Estado e pela APP-Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) na presença do desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Estado.

Na quarta-feira, o magistrado determinou o fim da greve e o retorno imediato dos professores às salas de aula, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil. Ontem, além de notificar a APP-Sindicato sobre a decisão, Lima fez uma reunião informal com os dois lados para colaborar no avanço das negociações.

Comando

Reunidos até o início na noite de ontem, o comando da greve ainda não decidiu qual recomendação fará à categoria na segunda-feira. A decisão será tomada após uma reunião marcada para o domingo, às 15 horas.

Avanços

Em entrevista ontem à reportagem, o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, sinalizou que houve avanço na pauta. Um dos pontos positivos, segundo ele, foi a definição de datas para o pagamento do passivo relativo às progressões e promoções dos professores e funcionários. Até então, o governo estadual havia se comprometido a estabelecer um cronograma para o pagamento da dívida só a partir do mês de maio. Na carta-compromisso, o estado já define datas: o passivo seria pago até 31 de agosto para os funcionários e até 31 de outubro para os professores.

Outro avanço diz respeito à possibilidade de mudanças na Paranaprevidência, ponto considerado sensível também para outras categorias do serviço público. Na carta-compromisso, o governo estadual se compromete a fazer um debate amplo. "Há um entendimento de que qualquer mudança na Paraná Previdência não pode afetar a segurança da aposentadoria dos servidores a médio e longo prazo", disse Leão.

A publicação no Diário Oficial das nomeações de 1.015 pedagogos também foi confirmada ontem pelo Executivo. Outras 463 pessoas aprovadas no último concurso para professor também devem ter seus nomes publicados até terça-feira.

Verba de custeio

A primeira cota extra do Fundo Rotativo, prometida pelo governo estadual para compensar as cotas não depositadas no ano passado, também já estaria na conta das escolas. Segundo o governo estadual, são R\$ 12,2 milhões para as mais de 2,1 mil escolas. "O depósito do Fundo Rotativo já vai ajudar no início das aulas", declarou Leão.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENSINO SUPERIOR

TJ determina fim da greve nas universidades

Atendendo a um pedido de liminar do governo do Paraná, o desembargador Luiz Mateus de Lima, do TJ-PR, determinou nesta sexta-feira (6) o fim da greve dos professores e técnicos das sete universidades estaduais, sob pena da multa diária de R\$ 3 mil para cada um dos 11 sindicatos ligados às instituições.

Lima é o mesmo desembargador que, na quarta-feira, havia determinado o fim da greve dos professores das escolas estaduais. Nos dois despachos, o argumento é o mesmo, inclusive com a utilização de parágrafos iguais: "De maneira alguma digo com isso que as reivindicações dos integrantes dos sindicatos réus não são dignas ou justas. Todavia, o que não me parece justo e legal, no caso, é comprometer significativa parcela da sociedade, maior afetada nesse momento, pelo movimento paredista", repete. Em seu novo despacho, ele define que docentes e técnicos das universidades retornem ao trabalho na segunda-feira (9). Isso, porém, não deve ocorrer, porque não há tempo hábil para o agendamento de assembleias das várias universidades – UEPG, Unicentro, UEM, UEL, Uenp, Unespar e Unioeste.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (Sindiprol/Aduel), Nilson Magagnin, os três principais pontos da pauta de reivindicação estavam "caminhando bem".

O primeiro ponto tem relação com o recente decreto do Executivo que cria uma comissão para estudar mudanças na autonomia universitária. A preocupação dos professores e

técnicos é com a falta de recursos. Eles preferem não discutir isso agora e o governo estadual estaria disposto a revogar o decreto, o que ainda não foi oficializado.

O segundo ponto tem relação com a Meta 4, que trata do controle da folha de pagamento do funcionalismo. Hoje as universidades podem gerar a sua própria folha de pagamento, com exceção da Uenp e da Unespar. Em um dos projetos de lei do chamado "pacotão" do Executivo, as outras universidades também ficariam sem permissão para controlar a folha de pagamento. "O governo estadual já retirou o texto da Assembleia Legislativa, mas queremos garantias de que ele não vai voltar", comentou ele. O terceiro ponto são as mudanças na Paranaprevidência, já descartadas pelo governo tal qual apresentado no "pacotão" e que passará por mais discussões.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, afirma que o Executivo atendeu "todas as reivindicações" e que não havia mais como esperar. "As mesmas propostas da reunião de quinta-feira já tinham sido colocadas na reunião anterior. Infelizmente tivemos que entrar com essa medida na Justiça. São quase 100 mil alunos sem aula. A gente não tinha como ficar parado", disse Gomes.

O secretário também enfatiza que o terço de férias, que era para ter sido pago no início de janeiro, será feito até o final deste mês. A dívida do Executivo com os professores e técnicos é de cerca de R\$ 21 milhões. (CS)

07 MAR 2015

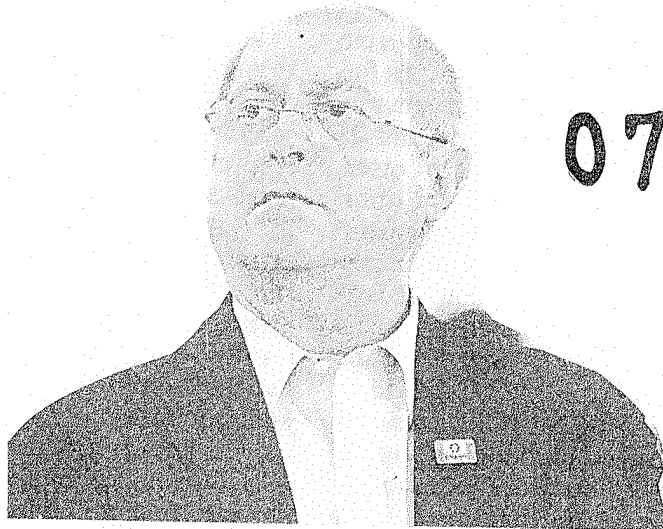
R\$ 12,2 MILHÕES

Foi depositado pelo governo estadual até agora no Fundo Rotativo das escolas, dinheiro usado para despesas como reparos, materiais de limpeza e manutenção em geral. Parte do montante ajuda a cobrir a falta de repasses no fim de 2014.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Paulo Bernardo dá sua versão



07 MAR 2015

O ex-ministro **Paulo Bernardo (PT, foto)** escreveu nesta sexta-feira (6) no Facebook uma longa nota dando sua versão para a dificuldade que a Justiça encontrou para notificá-lo de um depoimento que deveria dar como testemunha de defesa em um processo da Lava Jato. Segundo ele, o endereço em que sua família mora é fácil de encontrar inclusive por se tratar de um apartamento funcional em Brasília, cedido pelo Senado à sua esposa, Gleisi Hoffmann (PT). O petista diz que, depois de ouvir dizer que estava para ser citado, ligou para o advogado Juliano Breda "solicitando que me orientasse sobre como proceder e ele se prontificou a ligar para a Vara da Justiça informando meu endereço". "Concordei e logo depois ele me retornou informando que tinha ligado e que os servidores responderam que anotariam no processo que houve uma ligação para informar o endereço e na sequência mandariam a intimação para o meu endereço", diz a nota. O ex-ministro aproveitou também para reclamar do tratamento que os jornais deram ao tema, dizendo que ele estaria desaparecido.

Confusão na audiência

A audiência na Justiça Federal de Curitiba para oitiva das testemunhas Maurício Godoy e Shinko Nakandakari, nesta quinta-feira (5), foi marcada pela reclamação dos advogados dos executivos referente a cerceamento de defesa. As defesas de Dário de Queiroz Galvão Filho e Eduardo de Queiroz Galvão e a defesa de Erton Medeiros Fonseca – todos da Galvão Engenharia – reclamaram por não terem acesso aos depoimentos prestados por Nakandakari e Godoy ao MPF. Em resposta, o juiz federal Sergio Moro informou que "os fatos que são objeto desse processo foram juntados na íntegra". A resposta não agradou os advogados e a discussão levou cerca de 15 minutos.

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Déficit no TJ

Sou oficial de justiça há 25 anos. Há 20 anos atrás, quando se fazia mandados na máquina de escrever, éramos oito servidores. Duas décadas depois e com computadores em quase todas as salas, continuamos com os mesmos oito oficiais de carreira e mais três técnicos judiciários. Gabinetes abarrotados de assessores, estagiários e estrutura; mas o "povão" do andar de baixo sofre e é cobrado a produzir resultados humanamente impossíveis. Quando o fazem, raramente são lembrados.

Ertile Antonioli Jr.

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Acusado de matar três da mesma família vai a júri

Eduardo Garzuze
estaria alcoolizado
no momento do
acidente no bairro
Rebouças

Carolina Pompeo

A Justiça determinou na quinta-feira (5) que Eduardo Garzuze, acusado de matar três pessoas da mesma família em um acidente de trânsito ocorrido em 2013, responda pelos crimes perante júri popular. A decisão foi da juíza titular da 1.ª Vara do Tribunal do Júri, Michele Pacheco Cintra. Ainda não há data prevista para o julgamento, mas a acusação espera que a audiência ocorra ainda no primeiro semestre de 2015.

O acidente ocorreu em uma madrugada de setembro de 2013, quando o carro em que estava a família de Anelize Empinotti, um Corsa Classic, foi atingido pelo Ford Ka conduzido por Eduardo Garzuze no cruzamento da Avenida Silva Jardim com a rua Alferes Poli, no bairro Rebouças, em Curitiba. Com o impacto da colisão lateral, Lorena Araújo Camargo, Gabriele Empinotti e Igor Empinotti de Oliveira, respectivamente mãe, irmã e filho de Anelize, morreram.

Garzuze estaria alcoolizado no momento do acidente.

De acordo com Brunno Pereira, assistente de acusação e advogado da família, a decisão de levar Garzuze a júri popular consolida o entendimento de que dirigir sob efeito de álcool representa risco grave contra a vida e configura dolo eventual — conduta criminosa em que o agente não quer determinado resultado, mas assume o risco de produzi-lo. “A tese sustentada pela acusação é a de dolo eventual. O acusado dirigia em alta velocidade, possivelmente embriagado, e provocou um resultado catastrófico”, disse. Se for condenado, Garzuze pode receber uma pena entre 6 e 20 anos pela morte de cada vítima.

Outrolado

O advogado de defesa de Garzuze, Ricardo Ivankio, informou não ter sido notificado sobre a decisão da Justiça e, por isso, não poder comentar o fato. “Não vi o conteúdo da decisão. As próximas medidas dependem do que for conversado com meu cliente”, explicou.

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» CASO DA RECEITA

Ex-vereador é preso por suspeita de crime sexual

LONDRINA

Fábio Calsavara,
do Jornal de Londrina

¶ O ex-vereador de Londrina Alvaír de Souza e o empresário Iris Matos Vieira foram presos na manhã desta sexta-feira (6) pelo Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) por suspeita de favorecimento à prostituição. Segundo o Gaeco, Vieira é proprietário de um motel da cidade, mas a administração do estabelecimento nega vínculo com o empresário.

De acordo com o delegado do Gaeco Ernandes Alves, os dois presos tinham contato com as mesmas aliciadoras utilizadas pelos servidores da Receita Estadual e pelo fotógrafo e ex-assessor da Governadoria do Paraná, Marcelo Caramori. “Mas ainda não podemos afirmar que eles [o ex-vereador e o empresário] tinham ligações com as pessoas já presas. Possivelmente se conheciam, mas ainda não há indícios de ligações diretas entre todos eles.”

Ainda de acordo com o Gaeco, o ex-vereador Iris Matos Vieira realizava os programas com as adolescentes no motel. Na saída do Gaeco, Alvaír de Souza não se defendeu. “Agora não adianta. Quanto mais eu falo, mais eu me complico.”

07 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» CASO BÁRBARA

PM que atirou em jovem será ouvido na segunda-feira

| Rodrigo Batista

Está marcada para a próxima segunda-feira (9) a primeira audiência no Tribunal do Júri de Curitiba sobre o caso da adolescente Bárbara Silveira Alves, 16 anos, morta após ser atingida por disparo da arma do policial militar Márcio Augusto de Paula, no início de outubro de 2014, no bairro Santa Cândida, em Curitiba. O policial é acusado de homicídio doloso (quando há intenção ou se assume o risco de matar) na Justiça comum.

O processo foi encerrado pela Polícia Civil em novembro de 2014 e encaminhado ao Ministério Público do Paraná (MP). Em 4 de dezembro do ano passado, o MP apresentou denúncia contra o soldado que efetuou o disparo. O policial foi acusado de homicídio doloso porque ele teria assumido o risco de matar alguém — no caso a adolescente — devido ao movimento de pessoas no local no momento dos disparos e ao fato de o suspeito de assalto já estar em fuga e não oferecer mais risco. A pena pode variar de seis a 20 anos de prisão.

Na audiência, segundo o advogado Gustavo Hassumi, que defende o policial, tanto o acusado quanto testemunhas devem ser ouvidas. O advogado Gabriel Bittencourt, que representa a família da jovem, afirmou que a mãe de Bárbara deve ser uma das testemunhas ouvidas.

Militar

De acordo com Hassumi, Márcio de Paula continua trabalhando na Polícia Militar, mas cumpre serviços internos na corporação. O soldado também responde a processo na Justiça Militar.

A Corregedoria corporação concluiu que há indício de crime no caso e encaminhou o processo para a Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual, onde o policial é acusado de homicídio culposo — quando não há intenção de matar. Neste caso, ele corre o risco de ser exonerado do cargo, pois há indícios de crime militar.

O advogado do PM contesta o fato de o policial ser processado pelo mesmo caso no Tribunal do Júri e na Justiça Militar. “Informamos ao juiz que isso não poderia acontecer. A Justiça Comum e a Militar se dizem competentes para julgar o caso. Pedimos que em pelo menos uma instância o processo seja suspenso”, afirma.

O caso

Bárbara foi morta por um disparo que partiu da arma do policial Márcio de Paula durante a perseguição a homens que tentaram assaltar um restaurante no Santa Cândida. O soldado e outros dois policiais almoçavam no estabelecimento quando se deram conta do assalto. Os agentes, então, tentaram deter o criminoso, que fugiu junto com um comparsa. Na tentativa de impedir a fuga dos dois, quatro disparos foram efetuados por Márcio de Paula.

Uma das balas atingiu as costas da adolescente, que passava pela rua do restaurante no momento dos disparos. Ela seguia para casa após um dia de aula no Colégio Estadual Santa Cândida. A adolescente chegou a ser socorrida — inicialmente por populares e depois por policiais — e levada ainda com vida para o Hospital Cajuru. Mas Bárbara não resistiu aos ferimentos e morreu na tarde do mesmo dia.

08 MAR 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Água mole em pedra dura...

O ex-presidente da OAB-PR, José Lucio Glomb, acabou cedendo aos inúmeros apelos de colegas e outros setores da sociedade e decidiu aceitar disputar novamente a presidência do Instituto dos Advogados do Paraná. Glomb, que já presidiu o quase centenário IAP antes de se eleger à direção da seccional da OAB, vinha resistindo às investidas, mas disse ter mudado de ideia diante do atual quadro político do país, que ele considera de extrema gravidade com as sucessivas denúncias de corrupção.

Durante sua gestão na OAB-PR, ele criou e comandou o movimento cívico "O Paraná que Queremos" após o surgimento das denúncias da série Diários Secretos, da **Gazeta do Povo** e da RPC TV, sobre desvios milionários na Assembleia Legislativa.

PALESTRA

15 anos da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst)

Data: 10 de março

Descrição: Palestras "Novas tendências do Direito Empresarial", com Paula Forgioni (professora titular e chefe do Departamento de Direito Comercial da USP) e "O novo CPC e o Direito Civil", com Flávio Tartuce (Doutor em Direito Civil pela USP).

Local: Auditório ABDConst
(Rua XV de Novembro, 964 – 2º andar)

Inscrição:

www.abdconst.com.br

Informações: (41) 3024-1127 |
3027-1167 ou flavia@abdconst.com.br

NOTA POLÍTICA

Ezequias em pauta

O processo criminal contra o secretário especial de Cerimonial e Relações Internacionais do governo Beto Richa (PSDB), Ezequias Rodrigues Moreira, está pronto para julgamento. Trata-se do processo referente ao caso da "sogra fantasma". No cível, Ezequias já devolveu mais de R\$ 500 mil recebidos indevidamente pela sogra, Verônica Durau. O processo criminal, segundo a movimentação no site do Tribunal de Justiça, foi incluído em pauta, mas ainda sem data para julgamento.

CELSO NASCIMENTO

De volta para o futuro

Ajuste o retrovisor do seu calendário e se fixe em 12 de fevereiro. Nesta data, deputados desciam de um féti-do camburão da Polícia Militar e, em fila indiana, pa-teticamente (no sentido Walt Disney da palavra) or-ganizada pelo secretário de Segurança, subiam trêmulos para o refeitório da Assembleia Legislativa. O transporte parlamen-tar no rabeção já entrou (ou teria saído?) para os anais da histó-ria, conforme revelou dia desses, nas páginas desta Gazeta, o cronista Dante Mendonça.

Já no plenário improvisado, não fosse o medo de o recinto ser invadido pela turba que rompera o compreensivo e elegan-te cordão policial, eles aprovariam a "comissão geral" a se rea-lizar no dia seguinte. E, então, caso não tivesse ocorrido a súbi-ta interrupção da sessão e a fuga dos deputados em busca de esconderijos seguros (banheiros, por exemplo), a comissão ge-ral teria sido aprovada e, 24 horas depois, também teria vota-do o pacote que, entre outras maldades, confiscava R\$ 8 bi-lhões da Paranaprevidência.

Sorte da Assembleia Legislativa ter sido impedida, aos gri-tos, de aprovar o confisco, pois teria convalidado uma medida inconstitucional e, portanto, nula para todos os efeitos. O que colocaria os deputados, pela irresponsabilidade, na obrigação de pedir ao secretá-rio de Segurança que lhes dis-ponibilizasse outra vez o camburão — agora para sair da Assembleia sem mostrar publicamente suas vergo-nhas aos manifestantes ain-da concentrados na praça Nossa Senhora da Salete.

A ilegalidade que seria co-metida foi desvendada e comprovada por dois parece-res — um do Ministério da Previdência Social e outro da Advocacia-Geral da União (AGU) — considerando que a fusão dos fundos previdenci-ários seria ilegal. A consulta aos dois órgãos havia sido en-caminhada dias antes pelos senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann e por depu-tados de vários partidos da bancada paranaense na Câ-mara.

Embora seus motivos te-nham sido outros, não neces-sariamente o da inconstituci-onalidade, o governo estadu-al já havia desistido da pro-posta de jogar na conta da

Paranaprevidência, em fun-do único, obrigações com aposentados e pensionistas assumidas pelo Tesouro. Na prática, os R\$ 8 bilhões exis-tentes no caixa da Paranapre-vidência iriam se evaporar em cerca de 32 meses — dei-xando todo o funcionalismo a ver navios no futuro.

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, autor da ideia acatada pelo gover-nador Beto Richa sem dar ou-vidos à Procuradoria Geral do Estado (PGE), anunciara a de-sistência na quarta-feira (4), um dia antes da divulgação dos pareceres da União, ao prestar contas do balanço es-tadual na Assembleia. O re-cuo foi estratégico: o governo já considerava inevitável a re-jeição do projeto pelos depu-tados, que, depois do cambu-rão, ficaram muito mais sen-síveis à voz das ruas.

A promessa, agora, é a de que até o fim do mês o gover-no enviará novo projeto à As-sembleia, preservando os conceitos que inspiraram a criação da Paranaprevidên-cia em 1998. Será a volta para o futuro.

COLÓQUIO

Conselheiros 1

Na página 9 da edição de sexta-feira (6) desta **Gazeta do Povo**, a Copel publicou 11 editais — cinco deles para informar que o sr. George (pronuncia-se Djordge) Hermann Rodolfo Tormim foi eleito para compor conselhos de igual número de subsidiárias da companhia, cada qual obrigada a pagar jetons aos conselheiros por reunião de que participem. "Djordge" será conselheiro das áreas de Distribuição, Participações, Renováveis, Telecomunicações e Geração.

Conselheiros 2

E quem é "Djordge"? Trata-se do diretor-geral da Secretaria da Fazenda, amigo e companheiro das romarias intermunicipais e interestaduais do atual secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa. Que por sua vez também foi eleito conselheiro de várias estatais para somar aos proventos de secretário (R\$ 23 mil) jetons mensais da ordem de R\$ 80 mil.

Tremores

Não se sabe exatamente a razão, mas foram notados tremores nos alicerces do Palácio Iguacu, aparentemente causados por duas operações da Polícia Federal e do Gaeco (Ministério Público) desencadeadas na semana passada. Elas investigam esquemas de fraude fiscal na Receita Estadual de Londrina e de lavagem em Foz do Iguacu e outras cidades da fronteira.

Depois da lista, chega a hora das provas

Qualquer lista sem Renan Calheiros e Eduardo Cunha será uma coroa sem brilhantes. Por mais que esse tipo de revelação estimule sentimentos e satisfações, listas sem provas valem nada. O processo dos marqueses do foro especial será confuso e demorado. Já o do juiz Sérgio Moro, em Curitiba, será rápido e até simples. Nele há 15 cidadãos colaborando com a Viúva na exposição das propinas passadas por empreiteiras a burocratas e políticos. Essa ponta da questão parece elucidada. Foram rastreadas transferências de dinheiro para o círculo de relações do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Ele diz que foi um empréstimo amigo. A ver. No caso dos marqueses do foro especial, ainda não se conhecem as trilhas do erivanário. Sem elas, pode-se caçar bruxas, mas não se pode levá-las ao fogo.

Percebe-se a essência da tarefa do ministro Teori Zavascki recuando-se para 2007. O senador Renan Calheiros tivera uma filha fora do casamento, e a namorada tinha contas pagas pela empreiteira Mendes Júnior. Sustentando que dispunha de meios para ajudar a senhora, Renan apresentou notas fiscais referentes a venda de bois de sua fazenda em Alagoas. Em 2007, como hoje, ele se dizia vítima de uma perseguição política. (O vice-presidente da Mendes Júnior está na carceragem de Curitiba, por outras empreitadas.)

Ainda não se sabe o que o procurador-geral, Rodrigo Janot, botou dentro daquilo que o ministro Marco Aurélio Mello chamou de "o embrulho". Há provas de que o dinheiro saiu das empreiteiras e chegou aos políticos, mas falta a última milha da maratona, com a demonstração de que a mala chegou ao patrimônio dos marqueses. No lance da namorada, Renan contou que vendeu bois. Caberá a Teori Zavascki acreditar, ou não.

FRASE

"Não guardo o dom de prever o futuro, mas possuo experiência bastante para compreender como a parte disfuncional do sistema político comporta-se ao enfrentar uma atuação vigorosa do Ministério Público no combate à corrupção."

Rodrigo Janot, procurador-geral da República.

NOTAS POLÍTICAS



Manifestantes

Depois de muita pressão, conseguiram que o governo desistisse do projeto de reforma do Paraná Previdência e levaram os deputados a eliminar a possibilidade do "tratoço" do regimento.



Gleisi Hoffmann

A senadora apareceu na lista de inqueritos enviados ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no caso da Operação Lava Jato.

09 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Rumo da greve será decidido hoje

Reunião da cúpula da APP na noite de domingo resolveu recomendar a continuidade da paralisação, na assembleia

Naiady Piva

Os professores da rede estadual de ensino decidem o futuro do movimento grevista na manhã desta segunda-feira (9), no estádio Vila Capanema, em Curitiba. Marcada para as 8h30, a assembleia vai avaliar o conjunto de medidas apresentadas pelo governo estadual em negociação com o sindicato dos professores (APP-Sindicato) e o recuo na fusão de fundos do Paranaprevidência. A partir desta segunda também passa a valer a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), que determina a volta dos professores às salas de aula, sob pena de multa.

A secretária de finanças da APP, Marlei Fernandes, informou que a direção vai apresentar um pacote de resoluções para ser aprovado ou rejeitado pela categoria. Ela endossou a fala do presidente da entidade, Hermes Leão, na última sexta-feira (6), de que "houve avanços" em relação a pauta rejeitada na assembleia da última quarta-feira (4) no estádio da Vila Capanema.

"Não está tudo conforme queríamos, mas agora temos prazos estabelecidos e itens em que o governo avançou", explicou Marlei. Entre os pontos mais importantes, a professora cita o pagamento do adicional de férias, programado para 31 de março. Além disso, o governo comprometeu-se a pagar os passivos de progressões e promoções até 31 de agosto (para os funcionários) e 31 de outubro (professores). Outro ponto valorizado foi a nomeação de 1.015 pedagogos, na sexta-feira, e a previsão de que ainda esta semana outras 463 pessoas aprovadas no último concurso para professores somem-se às 5.522 nomeadas em janeiro.

Extraordinária

Durante todo o domingo, representantes de nove núcleos regionais da APP-Sindicato — cerca de 150 pessoas do comando da greve — debateram os rumos da paralisação. Eles decidiram recomendar a continuidade da greve, a ser avaliada em votação nesta segunda-feira pela categoria, e pretendem explicar aos professores o documento de mediação proposto pelo Judiciário.

Programação de atividades inclui atos de apoio a outros movimentos

O calendário de eventos da APP-Sindicato durante a mobilização inclui atos de apoio a outros movimentos, como um em defesa da Petrobras e outro da reforma política, com a convocação de uma constituinte. No próximo dia 11 de março, uma quarta-feira, o sindicato dos professores convoca os grevistas para uma mobilização, ao lado da Via Campesina e do MST, "pelá reforma política, com constituinte já, reforma tributária com distribuição de renda, soberania alimentar, o futuro do petróleo, as metas da educação".

Já no dia 13 de março, sexta-feira, a convocação é para um ato "em defesa dos direitos trabalhistas, pela democracia e pela Petrobras", a ser realizado ao lado da CUT e demais centrais sindicais. Na capital paranaense, o evento deve ter uma caminhada da Praça Santos Andrade, no Centro, até a Boca Maldita. No domingo (8), organizaram apoio a movimentos feministas, no Dia Internacional da Mulher.

CONTINUA



Luiz Claudio Romanelli (à esquerda) e Eduardo Sciarra: estilos diferentes para conduzir as negociações.

Os homens do governador

Felippe Aníbal

Às vésperas de enviar o “pacotaço” à Assembleia Legislativa, o governador Beto Richa (PSDB) reuniu a cúpula de seu secretariado e apresentou, passo a passo, o projeto. Muitos manifestaram contrariedade. Afetar direitos dos trabalhadores seria arriscado e poderia acabar como um tiro no pé. “Vocês vão abrir as portas do inferno”, teria dito o líder do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB). Ele não confirma — nem nega — que tenha dito a frase quase profética. Depois da tentativa de aprovar os projetos, o governo se viu diante de uma greve sem precedentes. Coube a ele — Romanelli — e ao secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), os principais papéis na negociação com os professores.

Considerados homens de confiança do governador, Sciarra e Romanelli compõem a voz do Palácio Iguazu. Têm perfis distintos, mas que parecem ter se complementado

no combate à crise. O chefe da Casa Civil, por exemplo, adotou uma postura *low profile*: evitar entrevistas e rechaçar o rótulo de principal articulador do governo. É apontado por assessores e sindicalistas como o homem prático, mas “durão” — com direito a jogo de cintura, desenvolvido na vivência empresarial (foi presidente da Associação Comercial de Cascavel) e política (foi secretário de Indústria e Comércio e deputado federal).

“Tivemos reuniões formais de mais de doze horas, além de longas reuniões informais. Disposição para o diálogo, nunca faltou. Faltou flexibilidade do sindicato”, disse Sciarra, depois de os professores terem decidido manter a greve. “Agora, acabou a conversa. É na Justiça”, completou.

Romanelli por sua vez tem adotado um tom mais conciliador. Talvez tenha sido o ente político que mais sofreu na pele as consequências de defender o governo na tentativa de aprovar “pacotaço”. Foi

exaustivamente vaiado por professores que lotaram a Assembleia, quando o projeto seria aprovado em comissão geral. Após uma reunião com grevistas, decidiu ir a pé do Palácio à Assembleia: acabou cercado por professores e xingado de “vendido”.

“Eu ando entre manifestantes, mesmo com eles me vaiando. Eu me iniciei no combate à ditadura, participei ativamente do movimento ‘A Copel é nossa’. Entendo as manifestações. Democracia é isso”, apontou. “Converso com todo mundo. Até com os mal criados”, destacou.

Papel secundário

O secretário estadual de Educação, Fernando Xavier Ferreira, também compôs a mesa de negociações, mas não foi capaz de se destacar. Advindo do setor das telecomunicações, ele não conseguiu conquistar a confiança dos educadores. Acabou sendo relegado a um papel secundário nas reuniões. “Ele não entendia nada de educação, da dinâmica, da estrutura da rede. Nas negociações, tínhamos que parar e explicar a ele de que se tratava cada ponto, como a coisa funcionava”, disse uma sindicalista, que pediu anonimato.



Hermes Leão Silva, presidente da APP-Sindicato, afirma que reivindicações e rancores vieram à tona.

APP confirma diálogo difícil, mas respeitoso

Carolina Pompeo

Somando 29 dias de paralisação, a greve geral da educação estadual, deflagrada em 9 de fevereiro, além de ser a mais longa dos últimos 25 anos também consolidase como o movimento grevista que, possivelmente, mais angariou apoio popular — levantamento realizado pela Paraná Pesquisas revelou que 90% dos paranaenses apoiam a greve —, e mobilizou o maior número de pessoas a irem às ruas engrossar o coro de insatisfação em relação à educação do estado.

Chamada “greve de resistência” pela APP-Sindicato, a paralisação foi marcada por uma comunicação amplificada graças às redes sociais. Pouco escapou aos olhos de grevistas, jornalistas e quem mais tenha acompanhado a movimentação no Centro Cívico, na Assembleia Legislativa do Paraná, nas ruas centrais de Curitiba ou mesmo no estádio da Vila

Capanema, palco da última assembleia-geral da categoria que reuniu cerca de 20 mil pessoas e decidiu pela manutenção da greve.

Em meio aos holofotes e ao embate travado com o governo do Paraná, agora por vias judiciais, Hermes Leão Silva, presidente da APP-Sindicato e principal representante dos professores, avalia processos, impactos e resultados alcançados até o momento pela greve.

Para além dos impasses de caráter financeiro e prático, há ainda o aspecto subjetivo do movimento. Hermes reputa o impacto social provocado pela paralisação à sensação compartilhada de que a sociedade é desprezada pela classe política e pelo poder Judiciário. “As medidas propostas pelo governo, a maneira como foram impostas e algumas decisões da justiça fomentam um rancor grande na população. Parte do apoio que temos recebido vem desse sentimento, as pessoas se sen-

tem desamparadas. Nosso movimento acaba levando para a rua outras angústias da população.”

Desamparo

As negociações travadas com o governo até o momento foram marcadas por um diálogo difícil, mas respeitoso. Segundo Hermes, durante as reuniões tudo foi dito, desde os aspectos objetivos, como as reivindicações, até os subjetivos, como o sentimento de desamparo da categoria e a insegurança de que os acordos firmados na mesa de discussão não sejam cumpridos.

Apesar da ampla adesão à paralisação e do apoio de outros setores, Hermes ressalta que “nenhuma roda foi inventada”. “A APP tem uma tradição muito antiga de responder a ataques de direitos e ao desmonte da escola pública. Nós tivemos grandes greves sem redes sociais, sem telefone celular, sem essa ampla cobertura comunicacional. Dessa vez o movimento ganhou repercussão, foi bonito porque o povo respondeu à mobilização, mas a luta não é inédita. O que é inédito é a informação ter alcançado mais gente”, avalia.

09 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Olhar humanitário reduz volta ao crime

Programa desenvolvido na Penitenciária Feminina do Paraná aposta em diálogo e ações no combate à reincidência criminal

Michele Bravos,
especial para Gazeta do Povo

¶ Ela tem nome e sobrenome: Sueli Oliveira. Também tem um trabalho: bordadeira da empresa Lafort. E uma família: uma filha adolescente de 16 anos e os gêmeos de 10 anos. Apesar da calça cinza e da camiseta branca que a identifica como detenta da Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), Sueli é detentora de direitos.

A distância dos filhos e a rotina de reclusão não são os únicos desafios na vida de Sueli. Assim como ela, centenas de presidiárias sofrem manifestações de ódio — pública ou virtual — por terem cometido crimes e, hoje, cumprirem penas. De acordo com a organização internacional Human Rights Watch, um dos pontos mais críticos em termos de violação de direitos humanos no Brasil está no ambiente carcerário, com registros de maus-tratos.

Diante deste cenário, a penitenciária paranaense uma das unidades de segurança máxima do país, está servindo de modelo para outras instituições, com a implementação do Programa Ciência e Transcendência: educação, profissionalização e inserção

social. O projeto traz um olhar humanitário para o ambiente prisional focado no combate à reincidência no crime.

Sueli, que está presa por tráfico, mesmo crime de 80% das apenadas da PFP, participa do programa desde a implantação em 2012. Ela é enfática em dizer sobre a influência na transformação da forma de pensar. “Eu ouvia algumas colegas dizerem que a única possibilidade seria voltar para o crime ao sair daqui. Hoje, o que eu escuto é que elas têm um plano para suas vidas”, diz. “A gente percebe que por mais difíceis que as coisas sejam lá fora, a gente é capaz de fazer diferente”, complementa.

Além das novas perspectivas, a diretora da Penitenciária, Rita Naumann, destaca outros avanços visíveis no tratamento penal. “Percebemos resultados positivos, principalmente pelo fator humanização. Desde o início do programa não tivemos nenhuma rebelião e eu atribuo isso ao trabalho realizado.”

A ausência de rebelião na PFP é um indicador valioso para os envolvidos no programa e também para o Paraná. Somente no ano passado, 33 unidades espalhadas pelo estado entraram em conflito, o que motivou uma nota pública da Pastoral Carcerária afirmando que da forma como as penitenciárias têm funcionado “sequer são lugar de gente, mas de morte e sofrimento.”

Pilares

O programa, parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e a Secretaria da Justiça, Cidadania e dos Direitos Humanos

(SEJU), consiste em atividades semanais de pesquisa, para o entendimento do contexto, regularidade com trabalho efetivo e relacionamento que gera vínculos e resgata o valor do ser humano.

“O meio prisional tem outro ritmo e, para entendê-lo, é preciso imergir. Partimos da premissa que é preciso vivenciar essa realidade em detalhes para que surjam transformações”, contextualiza a coordenadora, Cristiane Arns.

A interação do mundo externo com o ambiente carcerário, por meio de universitários e professores voluntários da PUCPR, ameniza o fato das detentas estarem fisicamente afastadas da sociedade. “É preciso desconstruir o pensamento que diz que quem está preso é diferente de quem está fora de uma cela”, pondera a advogada Priscilla Placha Sá, presidente da Comissão da Advocacia Criminal da OAB/PR.

CONTINUA

"A gente percebe que por mais difíceis que as coisas sejam lá fora, somos capazes de fazer diferente"

Sueli Oliveira, detenta da Penitenciária Feminina do Paraná



DADOS DO PROGRAMA

Em dois anos, o Programa Ciência e Transcendência contabiliza números satisfatórios.

400 presas

Todas participam de pelo menos uma atividade

6 pesquisas realizadas

11 cursos envolvidos (graduação e pós-graduação)

32 projetos realizados

3 projetos profissionalizantes

6 mulheres acompanhadas após a soltura

Nenhuma rebelião desde a implantação

Redução de brigas entre as detentas

NOVAS PARCERIAS

Acompanhamento externo está nos planos futuros

Com o intuito de prepará-las para a vida além dos muros, cursos profissionalizantes são oferecidos pelo programa. Neste último semestre, as detentas puderam frequentar os cursos de pintor, em uma parceria com a marca de tintas Coral, e de manipulador de alimentos, coordenado pela nutricionis-

ta voluntária Flávia Auler. A grande aposta para que as mulheres se sintam realmente prontas para voltar a sociedade é o Projeto de Vida, aplicado com detentas que estão a um ano do fim da pena. "Nesse projeto, proporcionamos momentos de reflexão sobre a vida além do cárcere. Trabalhamos com elas como se portar em uma entrevista de emprego e como fazer planejamento financeiro. Apresentamos possibilidades reais, para que elas se

sintam fortes na hora da saída", afirma Cristiane Arns. Ainda segundo a coordenadora do programa, existe a intenção de expandirem o projeto para o ambiente externo, com a criação de um local que possa auxiliar as egressas por até um ano após a saída. "Para ter uma vida nova, é preciso ter um ambiente de convívio novo. Estamos buscando parcerias e apoios externos para que possamos viabilizar essa proposta." (MB)

CONTINUA

09 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Resgate ajuda a diminuir reincidência

Num país cuja taxa de encarceramento subiu 30% nos últimos cinco anos, segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), é preciso buscar soluções que impeçam a reincidência. “O cárcere é a reprodução hiperbólica dos nossos flagelos sociais. Não se resolve simplesmente colocando alguém num lixão de pessoas”, diz a advogada Priscilla Sá.

Por isso, os envolvidos na iniciativa aplicada na PFP acreditam que investir em práticas que resgatem a autoestima das detentas é uma forma de evitar a reincidência no crime. “Em todos os projetos que desenvolvemos, a primeira abordagem começa pelo ‘quem sou eu?’, ‘que olhar eu tenho para mim mesma?’. A base de uma mudança é a estima”, afirma Cristiane Arns.

Com a autoestima elevada, as detentas conseguem se reconhecer e passam a pensar como cidadãs com direitos e deveres para com o entorno.

“Eu não tenho medo de enfrentar os desafios que virão. Haverá preconceito lá fora contra uma ex-presidiária, mas eu sei do meu valor. Eu me vejo com uma força tão grande que nem eu sabia que eu tinha”, diz a detenta Sueli Oliveira. (MB)

SUPERAÇÃO

Quando Carlos da Silva* cruza o portão verde de ferro da PFP, os fantasmas vão embora e ele se entrega ao trabalho voluntário que desempenha nas aulas de Teatro. O convite para atuar na penitenciária aconteceu pouco depois do assassinato do pai, vítima de latrocínio. A angústia pela perda foi transformada em motivação. “O trabalho que fazemos aqui não ignora os atos que essas pessoas cometeram, mas incentiva a praticar do bem e não ser reincidentes no crime.” *Nome fictício

GAZETA DO POVO

BENE BARBOSA

As armas dos criminosos e a utopia do desarmamento

Dias atrás, uma certa ONG desarmamentista paulista voltou a afirmar que a maioria das armas utilizadas em crimes é fabricada no Brasil e procedente do mercado legal, ou seja, um dia essas armas foram vendidas legalmente em lojas e em algum momento foram parar nas mãos dos criminosos.

Poderia aqui ficar traçando uma verdadeira batalha de números e estatísticas, mas não vou aborrecer os leitores com isso, uma vez que, como dizia Roberto Campos, a estatística é a arte de torturar números até que eles confessem o que queremos. Discorro então, sucintamente, sobre a maior e mais óbvia de todas as utopias por detrás do desarmamento: a de que seria possível impedir totalmente que criminosos tenham acesso às armas de fogo.

Um bom exemplo é a desarmada Inglaterra, que, de acordo com dados do governo, possui mais de 1 milhão de armas ilegais em circulação. Oras, se nem em uma ilha onde até pouco tempo atrás nem mesmo os policiais andavam armados é possível impedir que armas ilegais circulem, imagine no Brasil, com 17 mil quilômetros só de fronteira terrestre.

Seria, então, a solução fechar as fábricas nacionais? Vejamos o caso do México, com mais de 26 mil assassinatos em 2012, com cartéis de drogas dominando cidades inteiras com a utilização de milhares de fuzis e toda espécie de armas que se encontram disponíveis. Quantas fábricas de armas existem no México? A resposta é zero! Isso mesmo, nenhum! E quantas lojas legais de armas? Uma! Apenas uma — e é controlada diretamente pelo Exército daquele país! Ou seja, no México 100% das armas usadas por criminosos são de fabricação estrangeira. O que fazer, então? Lutar pela utopia de que seja possível acabar com todas as fábricas de armas no mundo? E as clandestinas? Dave Kopel, em seu artigo “Imagine um mundo sem armas”, discorreu bem sobre essa utopia de um mundo sem armas.

09 MAR 2015

O criminoso sempre achará uma forma de se armar, seja por contrabando, desvio e furto em instituições policiais, roubo de fóruns, roubo de armas de vigilantes particulares, roubos em empresas de segurança, corrupção ou mesmo eventualmente roubo ou furto de cidadãos honestos. E, quando o próprio governo diz que o cidadão não pode ter uma arma pois pode ser roubado, o que ele está fazendo é assinando o atestado de incompetência para impedir, solucionar e punir crimes.

Anos atrás, ao escrever um artigo sobre o porte de armas na Flórida, me correspondi com vários xerifes de lá. Para um deles perguntei o que lhe vinha à cabeça quando alguém lhe dizia que milhares de armas eram roubadas anualmente nos EUA. Sua resposta foi: “Penso que temos milhares de crimes para solucionar, milhares de criminosos para prender e milhares de armas para recuperar”.

Deixem o cidadão em paz e corram atrás dos bandidos. Mas, pelo jeito, isso ninguém tem interesse em fazer.

Bene Barbosa, bacharel em Direito e especialista em Segurança Pública, é presidente da ONG Movimento Viva Brasil.

09 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Esquema causou prejuízo de R\$ 1 bilhão à Petrobras, diz Janot

Kelli Kadanus

O esquema de desvios de recursos da Petrobras descoberto pela Operação Lava Jato causou prejuízos de R\$ 1 bilhão à Petrobras, de acordo com o procurador-geral da República Rodrigo Janot. Nas petições entregues ao ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki para abertura de inquéritos contra políticos, Janot afirma que os prejuízos "provavelmente superam" esse valor. Nos documentos, o procurador-geral da República também aponta para a existência de quatro núcleos no esquema:

político, econômico, administrativo e financeiro. Segundo Janot, o núcleo político é formado principalmente por parlamentares, que indicavam e mantinham funcionários no alto escalão da Petrobras e recebiam vantagens indevidas.

No núcleo econômico, Janot reforçou a participação das empreiteiras, através afirmação da formação de cartel para as obras da Petrobras e do pagamento de propina a diretores e agentes políticos.

O núcleo administrativo, de acordo com os documentos de Janot, é formado pelos funcionários do alto escalão da estatal, principalmente pelos diretores. As diretorias envolvidas no esquema são a de Serviços, na época sob o comando de Renato Duque; a Internacional,

que foi comandada por Nestor Cerveró; e a de Abastecimento, que ficava sob o comando de Paulo Roberto Costa, que fez acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF).

Por fim, Janot aponta para a existência de um núcleo financeiro, formado pelos operadores do esquema. A função dos operadores era receber a propina das empreiteiras e fazer o repasse aos demais envolvidos, mediante estratégias de ocultação da origem dos valores. O principal operador, segundo o MPF, é o doleiro Alberto Youssef – que também fez acordo de delação premiada. O lobista Fernando Soares e o tesoureiro do PT João Vaccari também fazem parte desse núcleo, de acordo com Janot.

NOTAS POLÍTICAS

Sumiço total

Desde que seu nome apareceu na lista de políticos investigados no Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento na Lava Jato, o deputado federal Nelson Meurer (PP) não é localizado. Ele não atende ao telefone desde sexta-feira (6), quando o ministro Teori Zavascki divulgou a lista de pedidos de abertura de inquérito feita pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot.

Agenda cheia

As audiências para oitiva das testemunhas de defesa dos executivos envolvidos na Lava Jato seguem pela semana toda na Justiça Federal de Curitiba. Ao todo serão seis audiências para oitivas de testemunhas arroladas por executivos da Galvão Engenharia, Engevix, Mendes Júnior, e pelo ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Condições do cárcere

A Procuradoria Geral da República no Paraná elaborou um relatório de inspeção sobre as condições da carceragem da superintendência da Polícia Federal em Curitiba em que se encontram os executivos presos na deflagração da 7ª fase da Operação Lava Jato. O estudo foi feito após surgirem boatos sobre a precariedade do local. Apesar de possíveis más condições, todos os executivos preferiram permanecer no local quando o juiz federal Sérgio Moro lhes deu a opção de serem transferidos a presídios estaduais. As demandas que surgiram na inspeção estão sendo analisadas pelos procuradores que fizeram o documento.

Anistia Internacional alerta para violência policial no Brasil

No seu informe anual, a Anistia Internacional alertou para os recorrentes casos de violência policial no Brasil ao analisar a situação dos direitos humanos no país durante 2014. Para a entidade, prosseguem as denúncias de crimes cometidos por policiais, sobretudo contra negros e moradores das favelas. Além deles, o relatório cita trabalhadores rurais e indígenas como os mais vulneráveis às violações do Estado. A entidade fez críticas à repressão contra os protestos ocorridos no ano passado, principalmente durante a Copa do Mundo. A entidade também destacou no informe as precárias condições das prisões brasileiras, a situação da segurança pública e a impunidade.

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Tropeçando na bengala

SÃO PAULO— Se deixarmos de lado as chantagens políticas e casuísmos em torno da chamada PEC da bengala, que eleva de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória de servidores públicos, ficamos com uma interessante discussão que mistura demografia com sociologia das instituições. Bem, relendo a oração anterior, reconheço que parece bem chato, mas asseguro que o conteúdo é melhor do que sua descrição.

Em termos demográficos, a mudança faz sentido. A expectativa de vida da população brasileira está aumentando e a fecundidade das mulheres caindo em ritmo acelerado. Assim, se quisermos manter o sistema previdenciário viável, as pessoas terão de trabalhar — e pagar suas contribuições — por mais tempo. Sob essa ótica, a PEC ainda é pouco. Mais do que ter a oportunidade de manter-se na ativa até os 75, os servidores e os trabalhadores em geral cedo ou tarde serão obrigados a fazê-lo.

O mundo, porém, não vive apenas de previdência. O poder é outro aspecto relevante de nossas realidades. E não há dúvida de que magistrados do Supremo e das cortes superiores — se aprovada, a PEC valerá imediatamente para essa carreira, mas não para as demais — exercem um bom naco de poder.

A questão, então, passa a ser determinar se é desejável prorrogar o período durante o qual os poderosos têm oportunidade de desempenhar suas funções. Aqui, eu receio que o quadro comece a pender para o outro lado. Pessoas costumam desenvolver uma visão de mundo e agarrar-se a ela. Manter um juiz por muito tempo no cargo significa reduzir o espaço para mudanças na sociedade pela via das decisões judiciais.

Haveria, é claro, outras formas de resolver o dilema. Poderíamos, por exemplo, adotar mandatos fixos não renováveis para os juízes. Mas, com o Executivo enfraquecido, o mais provável é que os parlamentares apenas tirem de Dilma a chance de indicar seis novos ministros para o STF.

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Feminicídio?

Proposta de tornar mais severa a punição dos assassinatos contra mulheres esbarra em paradoxos e distorce sistema penal

A denominação já sugere haver algo de polêmico e de extravagante na proposta. O termo ganha notoriedade, contudo, após a aprovação, pelo Senado e agora pela Câmara, de mudança legislativa tornando mais severas as penas para o assassinato de mulheres, quando motivado por razões de gênero.

Cabe analisar em detalhe a proposta, que depende apenas da sanção da presidente Dilma Rousseff (PT) para alterar o Código Penal.

O artigo 121 desse diploma determina pena de seis a 20 anos de reclusão para quem matar uma pessoa. Em seu parágrafo segundo, descreve cinco circunstâncias especiais nas quais a sanção vai de 12 a 30 anos de reclusão.

A ideia do feminicídio implica introduzir uma sexta hipótese: a pena será aumentada quando houver, no assassinato, “razões de gênero” contra a mulher. Entende-se por isso a presença de uma situação de “violência doméstica e familiar” ou de “menosprezo ou discriminação à condição” feminina.

É indiscutível que o assassinato de uma mulher pode conter componentes especiais de covardia e brutalidade; por certo o ciúme paranoico ou a fúria imotivada tornam odioso o ato homicida do marido contra a companheira.

Tais circunstâncias já estão, to-

davia, contempladas pela legislação vigente. Motivo fútil, dificuldade de defesa, crueldade — não faltam mecanismos para punir com severidade o “femicida”.

O conteúdo extravagante da inovação saltaria aos olhos se, por exemplo, o Congresso estendesse seu populismo para criar também as figuras do “homocídio”, do “indigenticídio” ou do “silvicolicídio”. Não são poucos os grupos vulneráveis numa sociedade como a brasileira — e se há um extrato especialmente exposto à violência é o de jovens pretos e pardos.

Numa perspectiva inversa, e por certo absurda, ninguém haveria de dizer que o homicídio de pessoas em particular situação de força deva ser apenado com menos rigor.

Também soam absurdos os desdobramentos teóricos da medida. Fixar pena maior para o assassinato de uma mulher significa considerá-lo mais grave que o de um homem. O sexo feminino, então, seria mais frágil? Ou a vida masculina teria um valor menor?

São paradoxos implausíveis, sem dúvida. Inerentes, contudo, a toda iniciativa legal em que se substitui o princípio da universalidade pela política das diferenças, feita de atenções a especificidades sociais que se multiplicam ao infinito.

Ainda que se tente acompanhá-las, a minúcia crescente da lei não é garantia de que, na prática, a justiça seja feita. Ao contrário, o endurecimento penal ao sabor das pressões quase nunca ajuda a prevenir o crime, mas sempre acrescenta distorções ao ordenamento jurídico.

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF autoriza investigações sobre políticos de 5 partidos

*** CHEFES DA CÂMARA E DO SENADO
SERÃO INVESTIGADOS * LISTA INCLUI 22 DEPUTADOS E
12 SENADORES * PALOCCI TERÁ INQUÉRITO**

O Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura de inquéritos sobre 34 parlamentares suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção descoberto na Petrobras. As investigações atingem 22 deputados e 12 senadores de cinco partidos, incluindo os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A Procuradoria-Geral da República deixou a presidente Dilma Rousseff fora da lista, mas remeteu para a Justiça Federal do Paraná inquérito que terá como alvo o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci. Segundo a Procuradoria, a Constituição não permite apurar crimes comuns que não tenham ocorrido durante o mandato da presidente.

O STF também descartou investigar o senador Aécio Neves (PSDB-MG), adversário de Dilma na eleição de 2014, mas autorizou inquérito sobre o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), seu aliado. A ex-governadora Roseana Sarney (PMDB-MA) será investigada junto com o senador Edison Lobão (PMDB-MA).

As investigações abrem nova etapa na Operação Lava Jato. Deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014, ela começou investigando uma rede de doleiros e descobriu vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos e grandes empreiteiras.

CONTINUA

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

QUEM SERÁ INVESTIGADO

Políticos que serão alvo de inquéritos abertos com autorização do Supremo Tribunal Federal

PMDB

- **Eduardo Cunha** (RJ)
presidente da Câmara
- **Renan Calheiros** (AL)
presidente do Senado
- **Edison Lobão** (MA)
senador
- **Roseana Sarney** (MA)
ex-governadora
- **Aníbal Gomes** (CE)
deputado federal
- **Romero Jucá** (RR)
senador
- **Valdir Raupp** (RO)
senador

PT

- **Antonio Palocci** (SP)
ex-ministro
- **Gleisi Hoffmann** (PR)
senadora e ex-ministra
- **Lindbergh Farias** (RJ)
senador
- **Humberto Costa** (PE)
senador e ex-ministro
- **José Mentor** (SP)
deputado federal
- **Vander Loubet** (MS)
deputado federal
- **Cândido Vaccarezza** (SP)
ex-deputado federal

PP

- **Ciro Nogueira** (PI)
senador
- **Gladson Cameli** (AC)
senador
- **Luiz Fernando Farias** (MG)
deputado federal
- **Nelson Meurer** (PR)
deputado federal
- **Mário Negromonte** (BA)
ex-ministro das cidades

- **Benedito de Lira** (AL)
senador
- **Arthur de Lira** (AL)
deputado federal
- **Simão Sessim** (RJ)
deputado federal
- **José Otávio Germano** (RS)
deputado federal

- **Eduardo da Fonte** (PE)
deputado federal
- **Aguinaldo Ribeiro** (PB)
deputado federal e ex-ministro
- **Carlos Magno Ramos** (RO)
ex-deputado federal
- **Dilceu Sperafico** (PR)
deputado federal
- **Jeronimo Goergen** (RS)
deputado federal
- **João Leão** (BA)
vice-governador da Bahia
- **Luiz Argôlo** (BA)
ex-deputado federal, atual SD
- **João Sandes Júnior** (GO)
deputado federal
- **Afonso Hamm** (RS)
deputado federal
- **José Linhares da Ponte** (CE)
suplente de senador
- **Missionário José Olímpio** (SP)
deputado federal
- **Lázaro Botelho Martins** (TO)
deputado federal
- **Luiz Carlos Heinze** (RS)
deputado federal
- **Pedro Corrêa** (PE)
ex-deputado federal
- **Pedro Henry** (MT)
ex-deputado federal
- **Renato Molling** (RS)
deputado federal

- **Roberto Balestra** (GO)
deputado federal
- **Roberto Britto** (BA)
deputado federal
- **Vilson Covatti** (RS)
ex-deputado federal
- **Waldir Maranhão** (MA)
deputado federal, vice-presidente da Câmara
- **João Alberto Pizzolatti** (SC)
ex-deputado federal
- **Aline Corrêa** (SP)
ex-deputada federal
- **Roberto Teixeira** (PE)
ex-deputado federal

PTB

- **Fernando Collor** (AL)
senador

PSDB

- **Antonio Anastasia** (MG)
senador e ex-governador

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministro derruba sigilo de políticos citados na Lava Jato

Segundo Teori Zavascki, os pedidos de investigação da Procuradoria foram aceitos porque há indícios de ilicitude

Ao todo, 34 parlamentares serão investigados, entre eles os presidentes da Câmara e do Senado

DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Teori Zavascki, derrubou nesta sexta (6) o sigilo e acatou os pedidos de investigação feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot contra políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras.

Segundo Teori, os pedidos de investigação foram aceitos porque há indícios de ilicitude e não foram verificados, do ponto de vista jurídico, "situações inibidoras de desencadeamento da investigação".

Ao todo, 34 parlamentares serão investigados, entre eles os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Nas decisões, Zavascki explicou que não há interesse social que justificasse a manutenção dos inquéritos sob

sigilo da Justiça. "Pelo contrário: é importante, até mesmo em atenção aos valores republicanos, que a sociedade brasileira tome conhecimento dos fatos relatados", argumentou o ministro.

Entre os investigados há parlamentares do PT, PMDB, PP e PTB. As investigações são fruto da Operação Lava Jato, lançada pela Polícia Federal em março do ano passado para investigar um esquema de desvios de recursos na petroleira.

Além do comando do Congresso, o ministro do STF aceitou o pedido de investigação contra outros dez senadores, entre eles o ex-ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), Romero Jucá (PMDB-RR), Delcídio Amaral (PT-MS) e Antônio Anastasia (PSDB-MG).

Após prisões de envolvidos no escândalo, o ex-diretor de abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e o principal operador do esquema, o doleiro Alberto Youssef, firmaram acordos de delação premiada, revelando crimes em troca de redução de penas.

Além dos políticos, presidentes e executivos de gran-

des empreiteiras do país também foram acusados. Alguns são réus em processos e encontram-se presos na superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR).

Com o aceite do início das investigações, quebras de sigilo e outras diligências serão feitas. Nesta fase não se pode falar em culpa. Após os inquéritos, pedidos de arquivamento ou denúncias podem ser apresentadas. Somente após todo o julgamento no STF será possível saber se os políticos cometeram ou não crimes.

TURBULÊNCIA

O recebimento da chamada "lista do Janot" criou turbulência no ambiente político de Brasília nesta semana. Os pedidos de investigação foram entregues ao STF na última terça-feira (3). Os principais líderes políticos, como Cunha e Calheiros, sempre negaram qualquer tipo de irregularidade. O presidente do Senado ainda fez duras críticas ao procurador-geral.

O ministro Zavascki também acatou recomendação de Janot e arquivou algumas petições em que parlamentares eram citados.

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Mensalão reloaded

Chamada na Procuradoria-Geral da República de “petição do fim do mundo”, a petição nº 5260 descreve, a exemplo do mensalão, a existência de uma “complexa organização criminosa” dividida também em núcleos: político, econômico (empreiteiras), administrativo (funcionários da Petrobras) e financeiro (operadores da propina). Auxiliares de Rodrigo Janot e do ministro Teori Zavascki dizem que essa peça será a chave para a futura denúncia por formação de quadrilha.

Padrinhos Janot sustenta que se tratou de um “processo sistêmico de distribuição de recursos ilícitos a agentes políticos” e que “não apenas tinham consciência de que os valores eram provenientes das vantagens indevidas”.

Hot line Teori Zavascki telefonou para o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, momentos antes de divulgar a lista de políticos a serem investigados, para comunicá-lo de sua decisão e dos procedimentos que adotaria a partir da abertura dos inquéritos.

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Gastos com processos afetam SUS, diz ministério

‘É preocupante porque reduz outras ações’, afirma secretário da pasta

Para advogado, governo não leva em conta que medicamentos podem acelerar tratamento e reduzir custos futuros

DE BRASÍLIA

Apesar do maior acesso da população à Justiça, os processos em excesso podem comprometer projetos mais amplos na área da saúde, segundo avaliação do governo e de alguns especialistas.

“É preocupante porque é uma parte extra que está entrando no nosso orçamento e reduzindo outras ações”, afirma Jarbas Barbosa, secretário de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde.

Avaliação semelhante tem Deborah Ciocci, do Fórum de Saúde do Conselho Nacional de Justiça. “De início, não é um fenômeno negativo. Ocorre que o Judiciário, que deveria apenas ser utilizado em caso de grave ineficiência ou ilegalidade, vem sendo a primeira alternativa”, diz.

“Por vezes, toda uma política pública a uma região é comprometida pela concessão de tratamento a apenas

um indivíduo”, afirma.

O advogado e especialista em direito à saúde Julius Conforti rebate. Para ele, o Estado precisa levar em conta os custos do tratamento como um todo —em alguns casos, diz, medicamentos mais novos podem ter tratamento mais rápido e diminuir a chance de complicações, o que reduziria custos futuros.

É o que defende Ana Paula Albertini, 37, que precisou obter um remédio para a filha por via judicial. Segundo ela, após receber o medicamento, que custa R\$ 14 mil, a adolescente já leva uma vida normal. Antes, a menina tinha problemas para a coagulação do sangue e corria o risco de hemorragia cerebral.

O ministério diz apostar na inclusão de novos medicamentos na lista da rede pública, na compra de produtos e no contato com tribunais como forma de diminuir os processos. A ideia é orientar os juizes a oferecer alternativas também eficazes e com custo menor ao poder público. “Há medicamentos mais caros que não tem nenhuma vantagem ou segurança”, afirma Jarbas Barbosa.

(NATÁLIA CÂNCIAN)

CONTINUA

07 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SAÚDE NA JUSTIÇA

Cresce o volume de ações contra o governo por medicamentos e tratamento



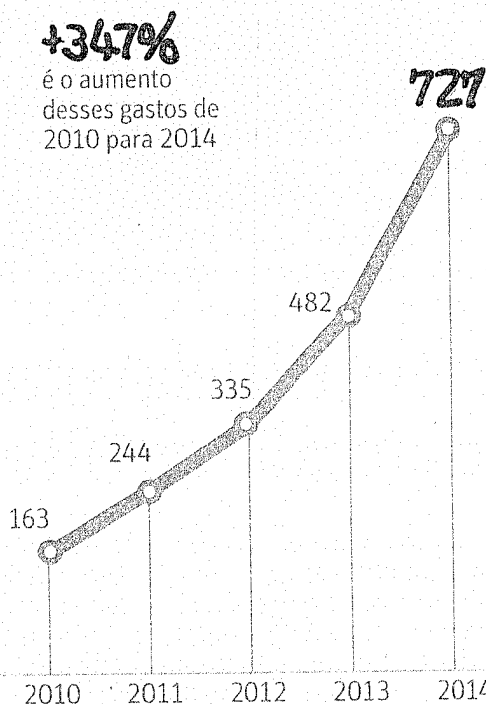
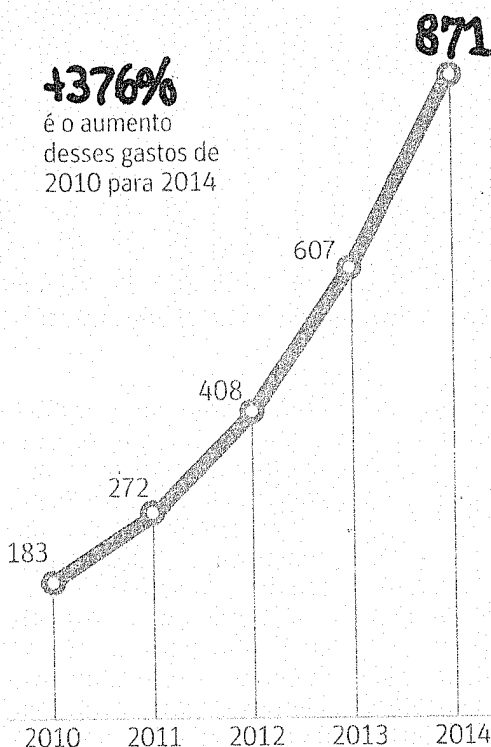
CUSTO TOTAL*

Total repassado para cumprimento de ações judiciais, por ano, em R\$ milhões (corrigidos pela inflação**)



CUSTO PARA REMÉDIOS*

Apenas para fornecer medicamentos após ações contra a União, por ano, em R\$ milhões (corrigidos pela inflação**)



*inclui apenas ações contra a União; não inclui demandas judiciais contra Estados e municípios
**Valores corrigidos pelo IPC-A, com base em fev.2015

Fonte: Ministério da Saúde

Justiça garantiu cirurgia de menina nos EUA

GABRIELA YAMADA
DE RIBEIRÃO PRETO

“A nossa luta para ela andar continua, mas a pior parte passou.” O desabafo é do analista de sistemas Alexandre Ferraz, 42, pai da menina Júlia Marchetti Ferraz, 5.

A criança, que tem paralisia cerebral, voltou dos Estados Unidos na última quarta-feira (4), com a mãe e a avó, após ser submetida a uma cirurgia na medula.

Chegar até o Saint Louis Children’s Hospital, em Missouri, foi uma batalha desgastante para a família.

Os pais da garota pleitearam na Justiça o custeio do hospital pela União porque, no Brasil, a cirurgia não é realizada em crianças com o nível de paralisia de Júlia.

A informação é do próprio SUS (Sistema Único de Saúde) e do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

A União recorreu de todas as decisões favoráveis, e a cirurgia da menina, que ficou na fila de espera do hospital americano durante um ano e quatro meses, chegou perto de ser cancelada.

Porém, um dia antes do prazo dado pelo hospital pa-

ra que o depósito do dinheiro ocorresse, o TRF (Tribunal Regional Federal) determinou o pagamento.

Quatro dias após a realização da cirurgia, Júlia ficou em pé pela primeira vez e deu seus primeiros passos.

Agora, de volta a Ribeirão, intensificará as sessões de fisioterapia para ganhar força muscular e poder, finalmente, caminhar.

“Nós lutamos e vencemos, mesmo com todas as adversidades. Espero que o nosso caso sirva para que outras famílias consigam o mesmo direito na Justiça”, disse o pai.

08 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz é suspeito em sumiço de dinheiro apreendido de Eike

Parte de R\$ 116 mil do empresário
desapareceu de Vara, segundo revista

Magistrado foi afastado após dirigir Porsche de Eike; R\$ 600 mil que eram de traficante também somem

Após ser afastado de todos os processos contra o empresário Eike Batista, o juiz federal Flávio Roberto de Souza teve seu nome envolvido em suposto desaparecimento de dinheiro que estava guardado na 3ª Vara Criminal da Justiça Federal do Rio, da qual o magistrado era titular.

Segundo reportagem da revista "Veja", teriam sumido parte dos R\$ 116 mil apreendidos na casa de Eike no mês passado e mais R\$ 600 mil de um traficante espanhol, preso em 2013.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) afastou no fim de fevereiro Souza do caso Eike Batista depois que fotos revelaram o juiz dirigindo um Porsche Cayenne, um dos veículos de luxo apreendidos na residência do empresário a seu mando. Na ocasião, Souza dissera que a atitude foi normal.

O magistrado também deu a vizinhos a guarda de um outro carro da família do empresário, um Range Rover, e de um piano de cauda.

Os dois bens foram posteriormente devolvidos.

DESTITUIÇÃO

Como consequência da decisão do CNJ e da repercussão negativa, o Órgão Especial do TRF-2 (Tribunal Regional Federal) no Rio e no Espírito Santo decidiu na quinta (5) destituir Souza das funções do cargo de titular da 3ª Vara Federal Criminal.

De acordo com a revista, a corregedoria do tribunal determinou que um grupo de juizes investigasse as ações de Souza à frente da 3ª Vara. Surgiram, então, rumores sobre o sumiço do dinheiro.

A partir das suspeitas, diz a publicação, o grupo indagou ao juiz sobre o paradeiro do dinheiro. Souza teria apontado o local onde o dinheiro estava guardado, mas os magistrados descobriram que a totalidade dos valores não estava no cofre indicado pelo próprio juiz, de acordo com a revista.

A reportagem não esclarece qual valor retido de Eike desapareceu. Relata, porém, que Souza pode não estar relacionado ao suposto desvio do dinheiro, pois outras pessoas tinham acesso ao cofre onde ele estava guardado.

Por esse motivo, o grupo de magistrados continua a investigar o paradeiro dos recursos, de acordo com a publicação.

A **Folha** tentou contato com a corregedoria do Tribunal Regional Federal, mas não obteve resposta neste sábado (7).

Procurado, o juiz Flávio Roberto de Souza não atendeu aos telefonemas.

PROCESSOS PARADOS

Atualmente, os processos contra Eike estão parados. Aguardam sessão do CNJ em que se definirá a Vara e o juiz que serão responsáveis pelo caso a partir de agora.

Além de suspender o juiz, o TRF anulou todos os seus atos nos processos. Apenas os bloqueios de bens do empresário foram mantidos pelos desembargadores do tribunal.

Eike Batista é réu por supostamente ter cometido "insider trading" (negociação de ações com informação privilegiada) e manipulação de mercado, na venda de ações das empresas OGX, de óleo e gás, e OSX (indústria naval).

A defesa do empresário nega as acusações.

08 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

O devido respeito

LUIZA NAGIB ELUF

A moça era alta, magra, morena de cabelos longos, lisos e negros, olhos escuros amendoados, dentes perfeitos e lábios de fazer inveja. Advogada recém-formada, procurava emprego. Encontrou a empresa, mandou o currículo, foi chamada.

Na entrevista, pediu salário alto, achando que teria de negociá-lo depois. Que nada: aceitaram na hora, estava aprovada. Voltou para casa feliz e ficou aguardando.

Dois dias depois, o presidente da empresa liga e faz um convite. “Venha amanhã à noite tomar um vinho comigo e assinaremos o contrato.” Ela se surpreendeu, disse que não poderia encontrá-lo no horário sugerido, mas na segunda às 10 horas da manhã estaria na empresa.

Constrangida, preocupada e decepcionada, a moça ligou para a tia, uma mulher de negócios, bem-sucedida e experiente. “O que faço?”, perguntou. “Acostume-se”, disse a tia, “é assim com toda mulher, gorda ou magra, alta ou baixa, bonita ou feia —mas com as bonitas é pior”.

“Vou ou não vou?”, quis saber a moça. “Vá, não perca a oportunidade. Converse, não se intimide, mostre segurança, deixe claro que pretende trabalhar. Se houver um ataque sexual explícito, reaja como seu bom senso mandar, mas sugiro que não tenha medo e diga adeus.”

Mulheres são assediadas no trabalho, na escola, nas ruas e algu-

Enquanto estivermos presos a conceitos medievais de relacionamento de gênero, o país não alcançará o desenvolvimento que almeja

mas, sem sorte, em casa. A lei considera crime as investidas praticadas contra subordinadas (assédio sexual, art. 216-A, do Código Penal).

Poucas vão à delegacia prestar queixa, devido às dificuldades de conseguir provas, devido ao medo ou à descrença, mas a Justiça do Trabalho vem sendo receptiva aos reclamos das empregadas, concedendo-lhes indenizações que asseguraram um pouco de dignidade à mulher no ambiente de trabalho.

Com a idade, em geral após os 40, o assédio diminui, mas não acaba. Temendo a desvalorização e o desprezo, elas recorrem à ciência, medicina e tecnologia para driblar os sinais do tempo. Aos 50, à plástica. Não há conforto nesse universo.

Pior de tudo é a sensação de injustiça social; homens parecem mais felizes, mais poderosos, não sofrem assédio nem se preocupam com a velhice porque pensam ser amados de qualquer jeito. Engano, o patriarcado acabou. Nos dias de hoje, ambos os sexos passam pelas mesmas agruras. Envelhecer não é fácil, mas tudo depende de como a

idade é percebida e trabalhada.

Alguns homens ainda se sentem em posição de superioridade porque conseguem parceiras de qualquer forma, principalmente pagando —mas é só uma sensação, não é realidade. Na verdade, o desconforto é de todos, e a supervalorização do sexo na meia-idade é tragicômica (já a valorização, sem ideia fixa, é bastante benéfica).

Parece antiquado priorizar o “conteúdo” das pessoas; o intelecto anda em baixa e não faz diferença se a moça é analfabeta ou o sujeito não tem noções de higiene, o importante é o traseiro de cada um.

No Dia Internacional da Mulher, vale dizer que sentir desejo é normal, mas abusar das pessoas é ímpio. Respeitar o outro é essencial ao desenvolvimento de uma nação. Enquanto estivermos presos a conceitos medievais de relacionamento de gênero, o país não alcançará o desenvolvimento que almeja.

O respeito aos direitos da mulher como ser humano é condição “sine qua non” para o aquecimento da economia, para paz dentro e fora do lar e para o bom encaminhamento das crianças.

LUIZA NAGIB ELUF, advogada e escritora, é Procuradora de Justiça aposentada do Ministério Público-SP e preside o Instituto de Águas do Brasil

08 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Teori não divulga agenda com advogados

Relator da Lava Jato no STF é reservado

Avesso ao contato com jornalistas, o ministro Teori Zavascki, relator no STF (Supremo Tribunal Federal) dos casos relativos à Operação Lava Jato, também adotou um comportamento reservado na relação com advogados.

As audiências com defensores em seu gabinete, sempre no fim do expediente das sextas-feiras, devem ser marcadas com antecedência e não são divulgadas no site do STF.

Embora não exista determinação expressa no STF, colegas de Teori, como Dias Toffoli, Rosa Weber e Cármen Lúcia, além do presidente, Ricardo Lewandowski, divulgam seus compromissos.

Por meio da assessoria, o gabinete disse que só divulgaria os compromissos se os advogados concordassem. Defensores, porém, se mostraram reticentes.

A pouca transparência na agenda aproxima Teori do procurador-geral, Rodrigo Janot. Ao longo de quatro meses, a **Folha** solicitou, por meio da Lei de Acesso, a agenda de Janot de agosto a novembro de 2014. Na quinta (5) a assessoria divulgou a agenda de novembro ao início de março, onde só constam duas audiências. O restante são "compromissos internos".

(RUBENS VALENTE)

96 contraponto

Prenda-me se for capaz

Em 2011, a Associação dos Juizes Federais promoveu um concurso literário. O juiz Sergio Moro foi premiado na categoria "casos pitorescos", ao narrar a história do traficante Lucio Cabanas e do ex-agente da CIA Eli Chavez.

Cabanas mudou de identidade, foi viver no Paraná e continuou a traficar. Acabou descoberto e processado.

—O caso envolveu o reencontro, mais de 20 anos depois, do traficante e do ex-agente — comenta Moro.

A audiência foi comandada pelo juiz-escritor.

—Deve ter sido mais prazeroso ao último do que ao primeiro — conclui ele no texto premiado, sobre o encontro.

66 tiroteio

Não estou na lista. Em 48 anos de vida pública, sempre fui correto. Estou com Janot: se alguém deve, tem de pagar.

DE PAULO MALUF (PP-SP), deputado federal, diante da citação de 30 políticos de seu partido, o maior número entre todas as siglas, na lista da Lava Jato.

PAINEL DO LEITOR

Feminicídio

Parabenizo a **Folha** pelo preciso editorial "Feminicídio?" ("Opinião", 7/3). Não podemos correr o risco de estabelecer hierarquia entre vidas. O politicamente correto não cabe no direito penal. Ainda que os fins sejam nobres, as consequências serão deletérias. As vidas de homens, mulheres, negros, brancos, homo e heterossexuais devem receber o mesmo valor do ordenamento jurídico penal. Ademais, homens ainda são as principais vítimas de homicídio no Brasil, campeão mundial desse crime.

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL,
professora de direito penal na USP (São Paulo, SP)

08 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

'Tabela de preços' provocava briga no PP, dizem delatores

Doleiro e ex-diretor da estatal relataram que verba era repartida de acordo com o poder de cada um na sigla

O presidente do PP e o ex-ministro das Cidades negaram envolvimento com o esquema de desvios na Petrobras

DE BRASÍLIA

O pagamento de dinheiro desviado da Petrobras a congressistas do PP provocava brigas e obedecia a uma espécie de tabela de preços proporcional à força política de cada um, disse o doleiro Alberto Youssef, em delação.

A Procuradoria pediu e o STF acolheu a abertura de inquérito contra 18 deputados e 3 senadores do PP, sigla campeã em investigados.

Segundo o doleiro, líderes do PP recebiam entre R\$ 250 mil e R\$ 500 mil por mês, enquanto "demais parlamentares recebiam entre R\$ 10 mil e R\$ 150 mil conforme sua força política dentro do partido".

Youssef era o operador do PP na diretoria de Abastecimento, então comandada por Paulo Roberto Costa. Ele intermediava propina de empreiteiras a Costa. Um percentual ia para o PP.

O esquema foi montado pe-

lo ex-deputado José Janene e se manteve após sua morte, em 2010.

Conforme afirmou o doleiro, Janene distribuía os recursos no PP, dando as maiores quantias a Mário Negromonte (BA), ex-ministro e hoje no Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia; João Pizolatti (SC) e Pedro Corrêa (PE), ex-deputados; e Nelson Meurer (PR), deputado.

Após a morte de Janene, Negromonte é apontado por Youssef como o novo líder do grupo. A entrega de dinheiro a ele chegou a ser feita em seu apartamento funcional, em Brasília, e em sua casa, em Salvador, disse o doleiro.

Quando este grupo tomou o comando, passou a sobrar menos dinheiro para os demais, disse Youssef.

Houve então rebelião de um outro grupo do PP, formado pelos senadores Ciro Nogueira (PI) e Benedito Lira (AL) e pelos deputados Arthur Lira (AL), Eduardo da Fonte (PE) e Aguinaldo Ribeiro (PB), ex-ministro de Dilma Roussef.

O novo grupo decidiu afastar o doleiro da operacionalização dos repasses.

"Os parlamentares informaram que não havia mais

confiança na pessoa de Youssef em face aos constantes atrasos nos repasses", contou Costa sobre uma reunião que teve com os pepistas.

Segundo a Procuradoria, pagamentos eram feitos em espécie, por transferência bancária, depósitos no exterior ou via doações oficiais de campanha.

OUTRO LADO

Presidente do PP, Ciro Nogueira afirma que as declarações de Youssef são "denúncias irresponsáveis".

Diz que jamais ouviu falar em propina e que a grande maioria dos quadros da sigla foram citados por supostas irregularidades envolvendo doação de campanha.

Negromonte também afirmou ser inocente. "Tenho por certo que nada devo temer, já que jamais solicitei ou recebi vantagens indevidas em qualquer cargo público que tenha ocupado e jamais contribuí para qualquer prática ilícita, o que restará confirmado ao final das apurações".

A Folha não localizou os outros parlamentares do PP. (AGUIRRE TALENTO, DIMMI AMORA, GABRIEL MASCARENHAS, MÁRCIO FALCÃO, MARIANA HAUBERT E RUBENS VALENTE)

FOLHA DE S. PAULO

MARCO AURÉLIO MELLO

Prende e solta

A prisão preventiva talvez amenize consciências ante a morosidade da Justiça, como se fosse uma panaceia perante a impunidade

09 MAR 2015

O título deste artigo revela autoria única. Quem prende e solta é o Estado-juiz, gerando toda sorte de perplexidade, de decepção para os cidadãos em geral. A ordem natural direciona a apurar para, selada a culpa, prender, em execução da pena privativa da liberdade de ir e vir.

Esse enfoque decorre da presunção do que normalmente ocorre; mais do que isso, do princípio constitucional da não culpabilidade: ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

A impossibilidade de voltar-se ao estado de fato anterior exclui a denominada execução provisória da pena. A liberdade perdida, ante postura precoce, temporã, açodada, foge ao campo da devolução. Há, pois, de admitir-se uma premissa: o acusado, até então simples acusado, deve responder ao processo-crime em liberdade, assim permanecendo sob os holofotes da persecução penal, o que não é pouco em termos de reputação perante a sociedade.

A Constituição Federal, de forma indireta, contém mitigação a esse princípio, ao versar não só que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, como também que ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

A prisão temporária é exceção, e mais ainda o é a preventiva. Presente o princípio da não culpabilidade, o legislador veio a afastar, como título da prisão provisória, até mesmo, o flagrante. Fê-lo mediante lei de 2011, estabelecendo a necessidade, se for o caso, de conversão em preventiva, uma vez não sendo oportuna e satisfatória a adoção, no caso concreto, de uma das medidas acauteladoras nela previstas.

Mas por que a população carcerária provisória chegou a patamar praticamente igual ao da definitiva, levando o Conselho Nacional de Justiça, na gestão do ministro Gilmar Mendes, a realizar um verdadeiro mutirão de soltura?

As razões mostram-se muitas. São potencializados — em inversão de valores, em abandono de princípios, da máxima segundo a qual, em direito, o meio justifica o fim, mas não este, aquele — aspectos neutros, de subjetivismo maior, sobressaindo o critério de plantão e, com isso, grassando a incerteza, a intranquilidade, a insegurança.

Em visão míope — e de bem-intencionados, nesta quadra estranha, o Brasil está cheio —, passou a vingar não o império da lei, mas a óptica do combate, sem freios, dos desvios de conduta, da corrupção, da delinquência de todo gênero.

A prisão preventiva talvez amenize consciências ante a morosidade da Justiça, dando-se uma esperança vã aos cidadãos, como se fosse panaceia perante esse mal maior que é a impunidade. A exceção virou regra, implementando-se, com automaticidade e, portanto, à margem da regência legal, esse ato de constrição maior que é a prisão.

As decisões nesse campo carecem de fundamentação, desaguando na concessão de ordem em habeas corpus. Por vezes, potencializa-se a imputação e, em capacidade intuitiva, presume-se que, solto, o investigado voltará a delinquir. Que se apure, viabilizando-se, à exaustão, o direito de defesa, para então, depois de incontroversa a culpa, limitar-se a liberdade, bem suplantado apenas pela própria vida.

Não é demais lembrar Machado de Assis — a melhor forma de ver o chicote é tendo o cabo à mão. Justiça não é sinônimo de justicamento.

A sociedade não convive com o atropelo a normas reinantes. O desejável e buscado avanço social pressupõe o respeito irrestrito ao arcabouço normativo. É esse o preço a ser pago — e é módico, estando ao alcance de todos — por viver-se em um Estado Democrático de Direito.

MARCO AURÉLIO MELLO, 68, é ministro do Supremo Tribunal Federal

09 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Processo deve consumir pelo menos 4 anos

Escândalo na Petrobras tem autorizados até agora 23 inquéritos envolvendo políticos

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

Passada a fase de instauração dos primeiros inquéritos sobre os políticos envolvidos na Operação Lava Jato, a expectativa é que anos sejam consumidos até que o STF conclua que os investigados cometeram ou não crimes.

Advogados e ministros ouvidos pela Folha falam em pelo menos quatro anos para a conclusão dos processos. Ao contrário do mensalão, quando uma única ação analisou os crimes, o caso do petrolão tem até aqui 23 inquéritos sobre políticos, o que garantirá velocidades diferentes de análise.

Iniciadas as investigações, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, determinará diligências em busca de provas. Transações financeiras, depósitos em contas bancárias e aplicações no exterior devem ser analisadas.

Após isso, decidirá se apresenta ou não denúncias contra os investigados. Esta primeira etapa deve durar entre seis meses a dois anos.

Casos mais simples terão sua denúncia ou pedido de arquivamento ainda neste ano. Os mais complexos devem se arrastar no tribunal.

Com a eventual apresentação de denúncias, caberá ao STF decidir se as aceita ou não. Em caso positivo, os investigados se tornam réus. Nesta etapa, as provas colhidas anteriormente são analisadas e envolvidos e testemunhas são ouvidos.

O Ministério Público, então, apresentará suas alegações finais. O mesmo fará a defesa dos acusados. Após isso, o tribunal julgará os casos e decidirá se os réus cometeram ou não crimes.

Entre os inquéritos, o que deve levar o maior tempo para ser concluído é o que investiga uma suposta formação de quadrilha para desviar recursos da Petrobras.

Pelo menos 37 pessoas estão envolvidas e, como o caso tem a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), não será analisado pela Segunda Turma do STF, composta por cinco ministros, mas pelo plenário, com 11 integrantes.

Parlamentares que hoje estão no exercício do mandato podem não mais serem congressistas no momento de seus julgamentos.

Com isso, o STF terá de decidir se envia seus casos para a primeira instância ou os mantém na corte.

09 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

A vez dos aventureiros

SÃO PAULO - Do ponto de vista jurídico, as aberturas de inquérito contra políticos suspeitos de envolvimento na corrupção da Petrobras terão um longo caminho a percorrer. A largada simultânea dos 21 procedimentos agora desvelados será seguida por uma maratona dispersa, com cada investigação adotando ritmo próprio.

Mais competidores ainda podem entrar na corrida. É o caso de governadores, cujo foro é o Superior Tribunal de Justiça, e de outros a ser conhecidos, por exemplo, após a novíssima rodada de delações de grandes empreiteiros em Curitiba.

Na política, a longa vida do escândalo no labirinto da Justiça frustrará os cálculos dos governantes para 2018. A presidente da República e governadores reeleitos em outubro iludiram os cidadãos e adiaram correções de rumo impopulares, na expectativa de que teriam tempo de recuperar-se ao longo de quatro anos.

O plano já seria difícil de executar se apenas a variável da economia atuasse. O estrago na produção e na renda tem se mostrado mais violento e profundo do que se supunha, o que dilata o prazo e o vigor esperados para a recuperação.

O desgaste prolongado da política, alimentado pelo escândalo da Petrobras, engendra outro vetor que concorre para derrubar a popularidade de mandatários de norte a sul, em todos os níveis administrativos, no Executivo e no Legislativo.

O resultado hipotético e plausível desse caldeirão de insatisfações será uma queda na taxa de reeleição e de vitória do situacionismo, seja na disputa pelas prefeituras no ano que vem, seja no pleito de 2018. As oposições dos partidos tradicionais ampliam sua perspectiva de poder.

Mas, pelas características desse maremoto de descrédito, é para os candidatos excêntricos que a oportunidade mais sorri. O volume de surpresas aventureiras é que pode dar o tom das próximas eleições. O que é novo nem sempre é bom.

Fecham-se as cortinas

Depois da decisão de quebrar os sigilos de todas as petições e decisões contra políticos acusados de envolvimento nos desvios da Petrobras, Rodrigo Janot e Teori Zavascki acertaram a nova fase das investigações será sigilosa. O procurador-geral da República e o relator no STF pedirão diligências e requisitarão ao juiz Sérgio Moro provas já colhidas para embasar os inquéritos. Esse material ficará todo protegido por segredo de Justiça, para evitar prejuízos ao avanço da apuração.

Acendem-se... A presença de Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ) entre os investigados deve "puxar" da 2ª Turma para o plenário do STF as decisões sobre os inquéritos a que os dois responderão.

... os refletores Juntamente com eles, os demais investigados nos mesmos procedimentos também "sobem" para o pleno da corte, com transmissão ao vivo pela TV Justiça, diferentemente do que ocorre nas turmas.

Pesos Quando passou para as turmas as ações penais, o STF manteve no plenário julgamentos contra presidente e vice da República e presidentes do Legislativo. A Câmara entrou com ação de inconstitucionalidade contra a exceção, ainda não julgada.

Não cola 1 Integrantes do Supremo acham muito difícil prevalecer na corte um entendimento de que doações legais podem levar a condenações de parlamentares.

Não cola 2 Se não ficar provado que o beneficiado conhecia a origem ilícita dos recursos, a tendência deve ser a absolvição de quem for investigado por essa acusação.

Desce Da mesma forma, ministros consideram "matéria vencida" a discussão sobre manter no STF pessoas que não têm foro privilegiado.

Comele Os políticos nessa situação que Janot enviou ao Supremo por indícios de formação de quadrilha com parlamentares devem ir para as mãos de Sérgio Moro.

Alta tensão Senadores da bancada do PT que tentaram falar com a colega Gleisi Hoffmann (PR) nos dias após a divulgação da lista de Janot não conseguiram. O estado emocional da ex-ministra da Casa Civil preocupa a bancada.

07 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

MIGUEL REALE JÚNIOR

Renúncia já

A indignação em vista do descalabro moral e gerencial do governo veio à tona com a elevada rejeição da presidente. Fala-se cada vez mais em impeachment, cassação do seu mandato pelas vias legais.

Em entrevista concedida por José Dirceu em junho de 1992 ao programa *Roda Viva*, disse o então deputado: “Não se faz impeachment na Câmara e no Senado, ele acontece na sociedade; eu disse e quero repetir que o impeachment não se resolve no Congresso Nacional, se resolve nas ruas e se resolve com uma coalizão político-partidária”.

Porém, além dos fatores sociais e políticos, consistentes no apoio das ruas e na expressiva maioria parlamentar, há de se ter, para o impeachment, a acusação de ação ou omissão enquadrável em algum dos 65 tipos de conduta descritos na Lei n.º 1.079, de 1950. Nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma, poder-se-ia encontrar a violação ao dever de probidade na administração pela ausência de zelo da moralidade administrativa, não se tornando efetiva a responsabilidade dos subordinados em face de delitos funcionais, tal como preceitua o artigo 90, item 3, da Lei 1.079.

Primeiramente, entendo que as infrações políticas que podem levar ao impeachment são exclusivamente previstas na forma dolosa, ou seja, intencional. Assim, os fatos devem revelar a intenção do governante de não tomar providências em vista da improbidade cometida por subordinados, o que circunstâncias a seguir lembradas podem indicar.

Em 2009, sendo Lula presidente da República e Dilma chefe da Casa Civil e presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, instalou-se no Senado a CPI da Petrobrás, tendo em

Dilma Rousseff não tem ‘condições éticas e políticas de continuar governando o País’

vista, principalmente, relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) revelando sobrepreços na obra da Refinaria Abreu e Lima. No dia da instalação da CPI, Lula declarou que a comissão não era do Senado, era do PSDB, e só impatriotas punham a Petrobrás em investigação, tendo a certeza de não haver irregularidades na empresa e Dilma, “revoltada”, afirmou que a Petrobrás tinha a contabilidade das mais apuradas do mundo.

Lula interferiu na composição da CPI, combinando com o líder do PMDB, Renan Calheiros, a indicação da relatoria para o sempre governista Romero Jucá, ambos possíveis beneficiários dos desvios, segundo o procurador da República. Fernando Collor fazia parte da CPI e foi cooptado por Lula em troca do poder de nomear dois diretores da BR Distribuidora, suspeita de repassar importâncias ao senador. Os diretores sugeridos por Collor foram aprovados pelo conselho de administração presidido por Dilma. Estava tudo armado para o ocultamento.

Romero Jucá, no relatório da CPI, concluiu que as indicações de sobrepreço na Abreu e Lima decorriam da aplicação equivocada de índices pelo TCU, certo de que o tribunal viria a concordar com suas assertivas.

Lula e Dilma trabalharam para o fracasso das investigações do Senado e sabiam de tudo, segundo o doleiro Alberto Youssef. Na CPI encobriram-se irregularidades que só vieram à tona em março de 2014, sem nenhuma contribuição do governo Dilma. Já presidente da República, Dilma manteve a diretoria que administrava a Petrobrás, deixando que continuassem a

surrupiar quantias astronômicas, impossíveis de não ser percebidas, e em parte desaguadas na tesouraria do seu partido.

Mas mesmo que fique configurada conivência da presidente com os malfeitos, ao deixar sem apuração os desvios ao longo do tempo, tipificando-se, eventualmente, a conduta descrita no artigo 90, item 3, acima lembrado, todavia, essa omissão dolosa teria ocorrido no período passado. A pena do impeachment visa a exonerar o presidente por atos praticados no decorrer do mandato. Findo o exercício da Presidência, não se pode retirar do cargo aquele cujo governo findou. Diz o artigo 15 da Lei do Impeachment que a denúncia deverá ser recebida se o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado o cargo. E Dilma deixara o cargo de presidente por ter terminado o mandato, tomando posse de outro, que se iniciou em 10 de janeiro com faixa presidencial e juramento.

Assim, se há manifestações nas ruas e grave crise de governabilidade, complicada por inflação e estagnação, falta, no entanto, fato concreto entre janeiro e março deste ano constitutivo de infração política a justificar o impeachment. Com tempo para agir, o governo repensa a não aplicação da Lei Anticorrupção às empresas, que poderia levar ao impeachment, como bem suscitou Modesto Carvalhosa. Se não há crime de responsabilidade, pode haver crime comum, por ora com pedido de arquivamento.

CONTINUA

07 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na entrevista de 1992 ao *Roda Viva*, José Dirceu disse ser uma via a renúncia de Collor em razão de não ter “condições éticas e políticas de continuar governando o País”. Tal sucede com Dilma. Há uma revolta em face da imoralidade do “desgoverno”. Soma-se o amplo espectro político da corrupção revelado pelo procurador-geral da República, com ministros, presidentes do Legislativo e outros líderes do Congresso Nacional investigados no escândalo. Houve um ataque frontal à democracia com promiscuidade organizada entre Executivo e Legislativo. As bases da República foram corroídas no seu cerne. Apodreceram o Brasil.

No próximo dia 15, a passeata dos indignados deve clamar por patriótica e ampla renúncia. Dilma não tem condições éticas e políticas para governar, carente de qualquer credibilidade pelo passado nefasto e por ausência de autoridade moral: é apenas a triste condutora de sua herança maldita com um séquito de ex-ministros investigados.

A saída da crise é ainda mais estreita com representação do procurador-geral, pois Eduardo Cunha e Renan também devem renunciar à presidência de suas Casas. Malgrado a presunção de inocência, não contam com as imprescindíveis confiança e independência para desinfectar o Brasil.

Renúncia já: a única via em busca de pacto sério para reconstrução do País.



ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
SENIOR DA FACULDADE DE
DIREITO DA USP, MEMBRO DA
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

O ESTADO DE S. PAULO

RUBENS GLEZER

SUPREMO EM PAUTA:

07 MAR 2015

ESTADÃO FGV DIREITO SP

A quem interessa o sigilo processual?

Como regra, todos os julgamentos e atos processuais são e devem ser públicos. Com isso, o sigilo judicial é uma exceção aplicável para proteger o desenvolvimento de investigações e provas, para a tutela do interesse social ou, ainda, a intimidade das partes envolvidas no processo. Em casos de julgamento penal de agentes políticos, como ocorre na Operação Lava Jato, a dificuldade é identificar em que medida a proteção da intimidade dos investigados poderia justificar a manutenção do sigilo sobre o processo. Seria preciso identificar uma justificativa que fosse forte o suficiente para romper com a regra da publicidade, mas é difícil encontrá-la.

Esse sigilo não pode ser mantido pela simples inconveniência que a publicidade traz às partes, pois, se fosse o caso, todo réu em processos civis e criminais deveria ter direito ao sigilo processual. Mesmo considerando a perspectiva dos investigados, a publicidade do processo lhe interessa e protege. Se os advogados de defesa temem que se realize uma caça às bruxas, a publicidade dos atos processuais permite o escrutínio e controle sobre eventuais equívocos e abusos que juízes e ministros podem vir a cometer. Se há realmente uma sede popular pela punição indiscriminada dos investigados, ela recai sobre os resultados do processo e se dirige a um número indeterminado de agentes políticos. O sigilo não eximiria o STF da respectiva pressão popular. Porém, ainda que a publicidade cobre um preço aos investigados, ela fornece meio de controle ao arbítrio judicial em um processo que envolve tanto clamor popular.

Além disso, essa publicidade e transparência afastam, ou ao menos mitigam razoavelmente, as suspeitas de conluio entre os Poderes e de irregularidades ou favorecimentos durante o processo judicial. Em um momento de crise de legitimidade e de falta de confiança da população nas instituições, é crucial que o processo seja idôneo e que também tenha a aparência de idoneidade. Com isso, se houvesse uma boa razão para a manutenção do sigilo no processo da Operação Lava Jato no STF, ela ainda está por ser fornecida.



07 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Populismo penal

Entulhado de regras que alteram punições sem maior rigor técnico, o Código Penal ficou ainda mais desfigurado com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que institui o feminicídio – uma agravante do crime de homicídio praticado contra as mulheres por razões de gênero, envolvendo “violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A pena prevista é de 12 a 30 anos de prisão. Ela será aumentada em um terço se a vítima estiver grávida ou nos três meses posteriores ao parto, se for menor de 14 anos ou maior de 60 anos, se tiver alguma deficiência e se o crime tiver sido praticado na presença de familiares. A pena do homicídio simples é de 6 a 20 anos. O projeto também classifica o feminicídio como crime hediondo, o que obriga o condenado a cumprir um período maior da pena em penitenciária de segurança máxima e aumenta as exigências para que possa passar para o regime semiaberto.

Defendido por movimentos feministas, o projeto teve origem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, cujos trabalhos foram concluídos em 2013. Ao justificar a iniciativa, os integrantes da CPMI alegaram que, entre 2000 e 2010, foram assassinadas 43,7 mil mulheres, das quais 41% foram mortas em suas casas por

maridos e ex-companheiros. O projeto será sancionado pela presidente Dilma Rousseff amanhã, Dia da Mulher. Ele “dá às mulheres instrumento de garantia de defesa de seus direitos”, disse a chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

Suscitado por antropólogas e ativistas feministas, o feminicídio surgiu durante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, realizado em Bruxelas em 1976. Posteriormente, foi objeto de longas discussões teóricas e terminológicas. Algumas antropólogas e ativistas passaram a defender a expressão “feminicídio” para descrever a morte de mulheres por razões de gênero em diferentes contextos sociais e políticos. Com o tempo, acabou prevalecendo a expressão “feminicídio”, classificada como uma “categoria sociológica” mais abrangente por envolver agressões físicas e psicológicas, tortura, estupro, escravidão sexual, assédio sexual, heterossexualidade, mutilação genital, esterilização forçada e negação de alimentação. A expressão foi institucionalizada em 1994 pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da OEA.

A decisão do Congresso, no entanto, não era necessária, pois o homicídio qualificado está tipificado há mais de sete décadas na legislação criminal brasileira, com a previsão de cinco agravantes: motivo torpe, motivo fútil, meio cruel, re-

curso que impossibilite a defesa da vítima e morte para acoberstar outro crime. Tais agravantes podem ser aplicadas nos crimes cometidos contra mulheres. Além disso, em resposta a pressões do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher, em 2006 o Congresso aprovou a Lei Maria da Penha, com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Editadas a partir de pressões de movimentos sociais, de casos de grande repercussão e de modismos politicamente corretos, normas redundantes têm sido introduzidas na legislação criminal. Ao aumentar as sanções, desequilibram o sistema de penas. E, ao privilegiar certos tipos de tratamento penal, a pretexto de defender minorias, essas leis acabam comprometendo o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei.

É esse o caso do feminicídio como agravante. Ao tratar homens e mulheres de modo diferente, o projeto prestes a se tornar lei abre um precedente perigoso, distorcendo a tipificação do crime de homicídio qualificado – definido no Código Penal como um crime contra a vida. Homicídio não tem sexo e o problema da violência contra as mulheres não está na falta de severidade das punições, mas na falta de rigor na aplicação das normas penais existentes. Ou seja, o problema não está na legislação, mas no modo ineficiente como tem sido interpretada pelos tribunais.

07 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Denúncia de violência sexual contra mulher cresce 20% em 1 ano

Foram 1.517 casos, ante 1.151 em 2013; também houve aumento de 50% nos registros de cárcere privado

Rafael Moraes Moura
Lisandra Paraguassu | BRASÍLIA

Balanço da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, mostra que as denúncias de violência sexual (estupro, assédio e exploração sexual) cresceram 20% em 2014, em comparação com o ano anterior. Foram 1.517 casos, ante 1.151 em 2013. Os números foram divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Em média, foram registrados quatro atendimentos dessas denúncias por dia por meio da central. A maior parte das denúncias que chegam pelo 180, no entanto – 51,68% –, ainda se concentra em outros tipos de violência física. Cerca de um terço, em violência moral.

Também foi registrado um aumento de 50% nas denúncias de cárcere privado de mulheres, na comparação com 2013. De acordo com a SPM, a central fez 485.105 atendimentos no ano passado, uma média de 40.425 por mês e 1.348 ao dia, com um total de 52.957 denúncias. Criado em 2005, o serviço já realizou mais de 4 milhões de atendimentos.

Início. As estatísticas mostram, ainda, que a maior parte das agressões, 47%, começa já no início da relação ou, no máximo, até o final do primeiro ano. “É uma sociedade machista e patriarcal no Brasil e no planeta como um todo, que permeia os valores culturais, os valores de que em briga de marido e mulher não se mete a colher”, disse a ministra da SPM, Eleonora Menicucci. “O Estado tem a obrigação e o dever de meter a colher de pau com políticas públicas de qualidade e eficientes.”

Ontem, a ministra anunciou ainda a ampliação do Ligue 180 para França, EUA, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo. As brasileiras que vivem na Espanha, Itália e Portugal já são atendidas pela central desde o ano passado.

08 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Violência contra mulher causa 17% mais processos

Varas especializadas em violência doméstica já receberam 67.129 casos desde 2011; são 9.780 medidas protetivas

Mônica Reolom

Maria das Graças Ferreira foi atacada com um golpe de facão no rosto enquanto dormia, desferido pelo marido, depois que pediu a separação. A filha do casal, de 8 anos, também foi atingida, assim como a mãe de Maria das Graças. Ele fugiu e passou 18 anos impune.

Edvaldo Pedro da Silva só foi condenado pelo crime em dezembro de 2014. Pegou 20 anos de reclusão após decisão de um júri em Taboão da Serra, na Grande São Paulo. Se o crime tivesse acontecido hoje, a punição talvez não tardasse tanto.

O País mudou quanto à punição da violência contra a mulher desde o ataque – a Lei Maria da Penha, em vigor desde agosto de 2006, se tornou emblemática por criar mecanismos para coibir a violência doméstica e por trazer o nome de uma cearense que ficou paraplégica após agressões do marido.

Na capital paulista, sete varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foram criadas em 2011 para atender as vítimas e o número de processos que correm nesses locais só aumenta desde a implementação. Dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) apontam que, em comparação a 2013, o número de processos em andamento nessas varas cresceu 17,4%, passando de 57.154 para 67.129.

“A Lei Maria da Penha sempre foi de grande conhecimento – 98% da população sabe do que se trata. As pessoas que co-

nhecem a lei e as medidas protetivas e de amparo do Estado denunciam. Existe, hoje, maior sensibilidade da vítima”, afirma a juíza Domitila Manssur, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado (Comesp).

Já o total de medidas protetivas concedidas em 2014 foi de 9.780, ante 9.505 no ano anterior. As medidas podem ser, por exemplo, proibição de contato com a ofendida ou afastamento do agressor do lar. Para a juíza, são essenciais para garantir a segurança da vítima. “Entendo que as medidas são o coração da Lei Maria da Penha. Se bem fiscalizadas e respeitadas, impedem a reiteração da violência.”

Plástica. Salvaguardada pela lei, agora Marias das Graças Ferreira busca outro tipo de reparação. Na sexta, ela vai participar da primeira consulta médica no Projeto Fênix, que atende mulheres vítimas de lesões físicas decorrentes da violência familiar. Se tudo der certo, passará por uma cirurgia plástica para, se não for possível apagar, ao menos amenizar a cicatriz deixada pelo golpe do facão.

Outro caso. Mesmo depois de denunciar uma agressão, a mulher convive com o medo de voltar a ser vítima da violência e de reencontrar o seu algoz. Uma senhora que não quis ser identificada afirmou que sempre sofreu pressão psicológica do parceiro, com quem foi casada por 19 anos. E as ameaças começaram a envolver as filhas, que incentivaram a mãe a tomar uma atitude. Ela se separou judicialmente há oito anos e nunca mais viu o marido, mas vive em constante estado de alerta. “Mas ainda ando na rua com medo”, afirma.

SÔNIA RACY

Mais mulher

Na semana em que Dilma sanciona lei que torna feminicídio crime hediondo, SP ganhará mais duas varas dedicadas, exclusivamente, a cuidar de casos de violência contra a mulher – em Ribeirão Preto e Suzano. Com isso, o Judiciário paulista passa a ter 12 unidades específicas para o tema.

Mulher 2

Também esta semana o TJ-SP levará ao Salão do Júri do Palácio da Justiça um caso fictício de violência contra a mulher. Para elucidar as etapas do processo – que envolvem as polícias Militar e Civil, o MP, a OAB-SP, a Defensoria Pública e Conselho Estadual da Condição Feminina. Na plateia, estudantes de direito de faculdades da capital e do interior.

O ESTADO DE S. PAULO A cada 36h, um jovem morre vítima de álcool

Datasus mostra abuso da bebida entre 20 e 29 anos; especialistas alertam para riscos

Fabiana Cambricoli

A morte do universitário Humberto Moura Fonseca, de 23 anos, em uma festa em Bauru, no sábado passado, após a ingestão de 25 doses de vodca, não é uma situação tão incomum no País. Dados levantados pelo Estado no portal Datasus mostram que, a cada 36 horas, um jovem brasileiro morre de intoxicação aguda por álcool ou de outra complicação decorrente do consumo exagerado de bebida alcoólica.

De acordo com informações do Ministério da Saúde reunidas no portal, foram registradas em 2012, último dado disponível, 242 mortes na faixa etária dos 20 aos 29 anos causadas por "transtornos por causa do uso de álcool", conforme definido na Classificação Internacional de Doenças (CID).

Considerando todas as faixas etárias, o número de mortes causadas pelo álcool chegou a 6.944 em 2012, quase o dobro do registrado em 1996, dado mais antigo disponível na base Datasus. Naquele ano, foram 3.973 óbitos associados ao consumo exagerado de bebida. No período, a alta no número de mortes foi de 74%.

De acordo com especialistas, o número de mortes associadas ao álcool deve ser ainda maior

se computadas as causas secundárias, como doenças provocadas pelo consumo por um longo período de tempo ou violência associada à ingestão da bebida.

"Se considerados problemas como cirrose hepática ou acidentes causados por embriaguez, por exemplo, esse dado sobe", diz Deborah Malta, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Pesquisadora do Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas da Universidade Federal de São Paulo (Inpad/Unifesp), Clarice Madruga afirma que o consumo excessivo de álcool em todas as faixas etárias vêm crescendo nos últimos anos. Pesquisa da Unifesp mostra que, entre os brasileiros que consomem álcool, o hábito chamado de "beber em binge", quando há ingestão de pelo menos cinco doses de bebida em um período de duas horas, cresceu de 45%, em 2006, para 59%, em 2012. "E esse abuso é mais comum entre jovens, porque nessa faixa etária é realmente mais difícil controlar os impulsos. Por isso não se pode culpar a vítima ou os pais. É preciso que o poder público intervenha na venda de bebida", defende ela.

A especialista explica que o consumo exagerado de álcool, quando não chega ao ponto de levar à morte, está associado a

08 MAR 2015
1.255

das mortes foram registradas em Minas, Estado campeão no número de óbitos do tipo.

das mortes associadas ao consumo de álcool no Brasil em 2012 vitimaram homens. Dos 6.944 óbitos registrados naquele ano, 6.213 foram de brasileiros do sexo masculino.

uma série de problemas físicos e psíquicos. "No caso da intoxicação, é uma relação simples. O álcool em excesso paralisa o sistema nervoso e, se a pessoa entrar em coma alcoólico e não tiver o devido cuidado, pode sofrer a parada cardiorrespiratória. Além disso, o álcool causa doenças no fígado, perda cognitiva e ainda pode desencadear de forma mais rápida e mais severa doenças como a depressão e o transtorno de ansiedade."

Fácil acesso. Estudante de Construção Civil em uma faculdade da capital paulista, J., de 19 anos, diz que o fácil acesso à bebida colabora para o consumo exagerado. "Eu mesmo estava tentando beber menos, mas, quando entrei na faculdade, no início do ano, era muita bebida. Os veteranos passavam com as garrafas e ofereciam, aí não tem como não beber", conta ele, que começou a consumir bebida alcoólica aos 14 anos.

Para Clarice, "a situação não vai mudar enquanto o governo não sobretaxar a indústria e proibir situações como o patrocínio de empresas cervejeiras a festas universitárias".

A representante do ministério diz que o governo tem feito ações de monitoramento e prevenção do uso de álcool e que o governo apoia projetos de lei que dificultam o acesso à bebida. "Esperamos que a lei que criminaliza a venda de bebida para menores de idade entre em vigor o mais rápido possível", diz Deborah.

CONTINUA

08 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

1/5 dos adolescentes consegue comprar bebida, diz governo

● Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que um quinto dos adolescentes (22%) consegue comprar bebida por conta própria, mesmo a prática sendo vetada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um projeto de lei que criminaliza a venda de bebida para menores de idade foi aprovado no Congresso no fim do mês passado e agora aguarda sanção presidencial.

De acordo com Clarice Madruga, pesquisadora do Inpad/Unifesp, o consumo precoce de álcool prejudica o desenvolvimento do jovem. "Até uns 23, 24 anos, o cérebro ainda está aprendendo a se autorregular. O uso exagerado de álcool no início da vida pode comprometer esse processo e impor padrões anormais de consumo para o cérebro", diz.

A Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo iniciou, antontem, megaoperação de fiscalização contra a venda do item no entorno de faculdades.

Dados do ministério mostram ainda que o consumo de álcool provocou 313 mil internações em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2010 e 2013. No período, o governo gastou quase R\$ 250 milhões nas hospitalizações. / F.C.

08 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Não há 'indícios mínimos' contra Dilma, diz relator

Em despacho, Zavascki afirma que investigação sobre suspeitas de repasse de dinheiro em 2010 tem apenas Palocci como alvo

Débora Bergamasco / BRASÍLIA

Relator da Operação Lava Jato no Supremo, Teori Zavascki afirmou em despacho de sexta-feira que as investigações sobre a suspeita de repasse de dinheiro desviado da Petrobrás para a eleição presidencial de Dilma Rousseff em 2010 serão feitas "exclusivamente em relação" a Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil que coordenou a campanha da petista naquele ano.

Palocci é uma das 50 pessoas contra as quais Zavascki determinou a abertura de apuração criminal em razão de citações feitas pelos delatores da Lava Jato. No caso específico do ex-ministro, o relator determinou que a investigação seja feita em primeira instância. Ou seja, ela ficará sob responsabilidade do juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal no Paraná, que cuida das suspeitas envolvendo pessoas sem foro privilegiado.

Palocci foi citado em depoimento do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa como destinatário em 2010 de R\$ 2 milhões saídos de propinas pagas por empreiteiros. Ainda segundo Costa, quem fez o pagamento foi Alberto Youssef. Também delator, o doleiro negou, em depoimento, ter feito o pagamento.

No despacho de sexta-feira, Zavascki escreveu: "Nestas situações, não havendo uma indicação com indícios mínimos de participação de eventuais agentes, na linha de reiterada jurisprudência do STF, o ordenamento jurídi-

co e a necessária prudência impõem obstáculo a pleito de instauração de procedimentos perante o Supremo", disse, referindo-se à presidente. "Dessa narrativa fática, constata-se que o procedimento foi instaurado exclusivamente em relação a Antonio Palocci Filho, porquanto em relação a 'referência em envolvimento indireto' da campanha da presidente da República, o próprio procurador-geral da República já adiantava excluir, dos elementos à vista, conclusão que conduzisse a procedimento voltado à chefe do Poder Executivo. Portanto, a rigor, nada há a arquivar em relação à presidente da República", completou o ministro-relator.

Ao se dirigir ao Supremo para pedir os inquéritos contra políticos, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que o nome da presidente havia sido mencionado por delatores, mas ela não era passível de investigação – a partir do artigo 86 da Constituição – porque as citações se referiam a fatos anteriores ao início de seu mandato, em 2011.

No Palácio do Planalto, o texto de Zavascki, afirmando não haver "indícios mínimos" contra a presidente, foi recebido com certo alívio, porque tira a suspeição de que algo até poderia ter ocorrido antes de 2011, mas não poderia ser investigado por uma questão formal.

Na opinião de governistas, Janot poderia simplesmente não ter incluído as citações à chefe do Executivo, já que isso abre brechas para questionamentos

– além da citação no caso de Palocci, Dilma também foi mencionada em um depoimento de Alberto Youssef no qual o doleiro afirma que ela e seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, tinham conhecimento do esquema de desvios da Petrobrás.

Reforço. A fim de tentar reforçar a tese de Zavascki, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, convocou ontem entrevista em São Paulo e distribuiu cópias do despacho do relator. "Dilma não foi investigada em decorrência do artigo 86. O texto é claro. Ela não foi investigada, primeiro, porque não há fatos nem indícios", afirmou. Cardozo também rebateu as acusações do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-SP), segundo quem o governo atuou para incluir e retirar pessoas da lista de investigados.

"Em nenhum momento o governo fez qualquer ação na perspectiva de orientar, influenciar, colocar ou retirar nomes da investigação. Se no passado isso ocorria, hoje isso não acontece mais."

/ COLABOROU PEDRO VENCESLAU

08 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Investigação de juiz do caso Eike aponta sumiço de dinheiro

Segundo a revista 'Veja', teria sumido parte dos R\$ 116 mil apreendidos do empresário e R\$ 600 mil recolhidos de traficante

Uma junta de juízes designada pela Corregedoria do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2.^a Região (Rio e Espírito Santo) detectou o sumiço na 3.^a Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro de R\$ 116 mil apreendidos na casa do empresário Eike Batista, além de R\$ 600 mil recolhidos do traficante espanhol Oliver Ortiz de Zarate Martin, preso no Rio em junho de 2013, aos 35 anos, de acordo com informações da revista *Veja*. O *Estado* não conseguiu contato com o TRF nem com o juiz Souza até o fechamento da edição.

O juiz federal Flávio Roberto de Souza, que era responsável pelo caso, foi afastado das funções do cargo pelo Órgão Especial do TRF na quinta-feira (5) e foi aberto um processo administrativo disciplinar contra o magistrado. O titular da 3.^a Vara Federal Criminal do Rio já havia sido retirado do caso Eike Batista, após ser flagrado dirigindo o Porsche Cayenne apreendido na casa do empresário carioca.

O tribunal também iniciou investigação para apurar indícios de irregularidades na atuação do juiz. Os fatos que embasaram as medidas foram colhidos pela Corregedoria Regional durante uma correição extraordinária realizada na vara esta semana. Os fatos investigados envolvem atos relacionados aos processos criminais que têm Eike Batista como réu, mas também a outras ações judiciais.

No caso do sumiço do dinheiro, está sendo feita uma investigação, uma vez que Souza não era o único a ter acesso aos cofres, disse a revista.

• Afastado

O juiz federal Flávio Roberto de Souza, que era responsável pelo caso Eike Batista, foi afastado das funções do cargo pelo Órgão Especial do Tribunal Regional Federal. Foi ainda aberto um processo administrativo disciplinar contra o magistrado.

De acordo com a reportagem, rumores sobre o desaparecimento foram oficialmente levados pelo corregedor Guilherme Couto ao magistrado, que teria informado que o dinheiro estava em um armário. Ao contarem o dinheiro, no entanto, foi detectado que faltava uma parte, que ainda não teria sido localizada, informou a *Veja*.

Processos suspensos. No último dia 3, os processos contra o empresário Eike Batista foram suspensos por decisão da 2.^a Turma Especializada do TRF, até que se defina qual vara e juiz serão responsáveis pelo caso – foi feita uma consulta ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, Souza foi afastado de todos os processos penais contra o empresário e os seus atos no processo foram anulados, exceto os bloqueios de bens já efetuados.

O afastamento foi resultado do acolhimento da exceção de suspeição, pedida pela defesa do empresário. O advogado de Eike, Ary Bergher, disse ao *Estado* que a defesa vai apresentar no início desta semana um pedido ao TRF para que seja designado um novo juiz, uma vez que os bens de Eike seguem apreendidos.

A respeito da suspeita de sumiço do dinheiro, Bergher chamou o fato de “gravíssimo”. “Prestamos um serviço à sociedade e ao Judiciário fazendo a exceção de suspeição do juiz Flávio Roberto de Souza.”

08 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Impasse no STF engorda caixa de centrais sindicais

Com julgamento sobre legalidade de repasse do imposto sindical parado há cinco anos, centrais receberam quase R\$ 700 milhões

João Villaverde / BRASÍLIA

A indecisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade do repasse de imposto sindical às centrais de trabalhadores permitiu que quase R\$ 700 milhões de dinheiro público do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) fossem divididos entre as entidades desde 2010. No início daquele ano, o STF parou de votar uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questionava o repasse desse dinheiro às centrais.

A transferência do recurso, feita pelo Ministério do Trabalho, começou a ser feita em 2008, após lei sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitir a transferência do equivalente a 10% da arrecadação anual do governo com o imposto sindical às centrais. Até então, apenas sindicatos (que ainda hoje ficam com 60% do imposto), federações (15%) e confederações (5%) recebiam uma parte do dinheiro. O restante servia ao governo para financiar os gastos do próprio FAT, que paga o seguro-desemprego e o abono salarial. A partir de 2008, metade do dinheiro que ia para o FAT passou a ir para as centrais.

Imediatamente após a lei, o DEM entrou com a ação no STF questionando o repasse às centrais. O parecer do então procurador-geral da República Antônio Fernando de Souza foi favorável à ação e, portanto, contrário ao repasse do dinheiro. “A contribuição sindical compulsória é destinada ao custeio do

sistema confederativo de representação sindical, no qual não se incluem as centrais sindicais”, afirmou.

A votação no Supremo, em 2009, começou com uma divisão sobre o repasse da verba às centrais. A votação estava empatada, em 3 votos a 3, quando o então ministro Carlos Ayres Britto pediu vistas, em março de 2010.

Com o julgamento parado no STF há cinco anos, o repasse do governo federal às centrais continuou. De lá para cá, nada menos do que R\$ 682 milhões foram parar nos cofres das entidades. Receberam mais recursos a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que obteve R\$ 216,1 milhões no período, e a Força Sindical, com R\$ 193,5 milhões. Não há nenhuma fiscalização ou parâmetros legais sobre esse dinheiro dividido pelo governo com as centrais. O artigo na lei que previa a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) foi vetado por Lula.

As centrais, se defendem e advogam que o dinheiro é usado principalmente para aumentar a “luta sindical”, com a contratação de carros de som e material impresso, além de logística. Parte do dinheiro também é empregado para aumentar a qualidade dos serviços prestados pelos sindicatos filiados às centrais, dizem as lideranças das entidades.

“Repasamos 40% do dinheiro para as UGTs regionais e o restante é empregado para formação sindical, campanhas salariais e também publicidade da central em jornais, para fortalecer nossa mensagem”, disse Ricardo Patah, presidente da UGT. Para Miguel Torres, presidente da Força Sindical, a falta de decisão do Supremo mantém a insegurança jurídica. “Mas o repasse tem de continuar. O movimento sindical brasileiro cresceu muito a partir de 2008 porque ganhou musculatura política para lutar mais. Dividimos 40% com as sedes regionais e usamos boa parte também para cursos de formação sindical”, disse o sindicalista.

Conta mais alta. A conta de repasse milionário vai aumentar neste ano. Além dos cerca de R\$ 180 milhões que serão repartidos com as cinco centrais que vêm recebendo o dinheiro desde 2010 (CUT, Força Sindical, UGT, CTB e NCST), o governo Dilma Rousseff também vai repassar outros R\$ 15 milhões para um novo ator, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), ligada ao PMDB.

O Estado revelou no mês passado que o ministro do Trabalho, Manoel Dias, autorizou o repasse do dinheiro à CSB baseado em atas sindicais que tinham sido negadas pelo corpo técnico do próprio ministério.

09 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Delatores citam ao menos R\$ 4 milhões para ex-ministros

Além de repasses pontuais, petição da Procuradoria-Geral relata suspeita de pagamento de mesada a antigo titular das Cidades

Quatro dos cinco ex-ministros da presidente Dilma Rousseff que são alvo de investigação sob suspeita de envolvimento em irregularidades na Petrobrás receberam, segundo delatores da Operação Lava Jato, ao menos R\$ 4 milhões do esquema de corrupção na estatal, além de uma “mesada” que variava de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil.

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa afirmou em delação premiada que o senador Edison Lobão (PMDB-MA) solicitou a ele R\$ 1 milhão em 2008. Na época, Lobão era Ministro de Minas e Energia – ele comandou a pasta de 2008 a 2010 e de 2011 a 2014.

As declarações de Costa constam da petição encaminhada ao Supremo Tribunal Federal na semana passada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. No documento, Janot pediu ao STF a instauração de inquérito para investigação do repasse a Lobão. Costa disse que o ex-ministro não explicou a finalidade da transação.

“(Costa) pediu a Alberto Youssef a realização desse pagamento, o qual teria origem no ‘caixa do PP’, ou seja, correria por conta do porcentual de 1% que esse partido teria direito em relação aos contratos firmados pela Petrobrás com as empresas que faziam parte do cartel”, diz a delação do ex-diretor. Lobão negou participação em irregularidades na Petrobrás.

O PP, com PT e PMDB, é suspeito de lotear diretorias da Petrobrás para arrecadar entre 1% e 3% de propina em grandes contratos, mediante fraudes em licitações e conluio de agentes públicos com empreiteiras organizadas em cartel.

Campanha. Além de Lobão, Costa relatou um repasse de R\$ 2 milhões ao ex-ministro da Fazenda (2003-2006) e ex-ministro da Casa Civil (2011) Antonio Palocci em 2010, quando o petista coordenava a campanha presidencial de Dilma. Costa afirmou que Palocci solicitou o montante para a candidatura da presidente na época. O pagamento, segundo o ex-diretor, foi feito por Youssef. O doleiro, porém, nega que tenha dado dinheiro para Palocci. O ex-ministro da Casa Civil de Dilma também Palocci rechaça as acusações de Costa.

O ex-diretor da Petrobrás fez menção também à ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann. A senadora (PT-PR), de acordo com Costa, recebeu, por meio do doleiro Alberto Youssef – que confirmou a informação em sua delação –, R\$ 1 milhão em 2010 para sua campanha ao Senado. A ex-ministra foi eleita naquele ano e, um ano depois, foi indicada para a Casa Civil, onde permaneceu até 2014. Gleisi negou ter recebido doação do ex-diretor e afirmou ser vítima de “denuncismo”.

Os outros dois ex-ministros investigados, Mário Negromonte e Aguinaldo Ribeiro, que foram titulares do Ministério das Cidades, também foram citados pelos delatores da Lava Ja-

to. Negromonte, que era filiado ao PP e ocupou a pasta de 2011 a 2012, chefiou um esquema ilícito no ministério envolvendo contratos de rastreamento veicular, segundo Youssef.

O doleiro, no entanto, não informa valores que o ex-ministro teria recebido. Negromonte também foi mencionado por Costa como um dos beneficiários do esquema na Petrobrás. Ele diz nunca ter recebido “vantagens indevidas”.

Ribeiro, que é deputado federal pelo PP e foi ministro de 2012 a 2014, se beneficiou do pagamento mensal de propina ao PP, segundo Youssef. De acordo com o doleiro, o deputado recebia repasses mensais que variavam de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil da “cota” do PP no esquema. O ex-ministro informou que só vai se manifestar quando tiver conhecimento sobre o teor dos documentos.

Foro. Na semana passada o ministro do STF Teori Zavascki mandou investigar 50 pessoas suspeitas de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobrás, entre elas 34 parlamentares.

A investigação sobre Palocci foi remetida à Justiça Federal no Paraná. Gleisi, Lobão e Ribeiro, por serem parlamentares, detêm foro privilegiado e estão sendo investigados no Supremo. Negromonte, como conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, será investigado no Superior Tribunal de Justiça. / JULIA AFFONSO.

FAUSTO MACEDO E RICARDO BRANC

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EX-MINISTROS SOB INVESTIGAÇÃO

09 MAR 2015



● Edilson Lobão

O senador (PMDB-MA), segundo o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, recebeu R\$ 1 milhão do esquema em 2008, quando era ministro de Minas e Energia.

ED FERREIRA/ESTADÃO-3/3/2015



● Gleisi Hoffmann

Costa afirmou que o esquema repassou em 2010 R\$ 1 milhão à ex-ministra da Casa Civil (2011-2014). Naquele ano a petista foi eleita senadora.

VALTER PONTES/COPERPHOTO-25/11/201



● Mário Negromonte

O ex-ministro das Cidades (2011-2012), segundo Alberto Youssef, chefiou esquema ilícito na pasta relativo a rastreamento veicular.



● Antonio Palocci

O ex-ministro da Fazenda (2003-2006) e da Casa Civil (2011), segundo Paulo Roberto Costa, pediu em 2010 R\$ 2 milhões para a campanha presidencial de Dilma.



● Agivaldo Ribeiro

O deputado do PP e ex-ministro das Cidades (2012-2014) recebia, segundo Youssef, de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil da "cota" do PP no esquema.

09 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça determina retorno nas universidades estaduais

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinou que os professores e servidores das universidades estaduais voltem imediatamente ao trabalho. Assim como os professores das escolas de ensino regular, eles estão em greve desde fevereiro. Nas universidades, os docentes reclamam, principalmente, do ajuste fiscal do governo, o chamado "pacotão". Eles alegam que, entre as medidas, que seriam para economizar e aumentar a arrecadação, há mudanças que atingem a autonomia universitária.

De acordo com a decisão do desembargador Luiz Mateus de Lima, os sindicatos que descumprirem a medida serão multados em R\$ 3 mil ao dia. Os trabalhadores também ficam proibidos de fazer piquetes e outras manifestações, bem como impedir a entrada de quem queira trabalhar. O uso da força policial foi autorizado em caso de confusões. ■

09 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Dinheiro apreendido na casa de Eike desaparece

Parte do dinheiro apreendido na casa do empresário Eike Batista desapareceu dos cofres da 3ª Vara Federal Criminal, da Justiça Federal do Rio de Janeiro. A informação foi publicada, pela revista *Veja*, que menciona ainda o sumiço de R\$ 600 mil confiscados de um traficante internacional, preso em 2013 no Rio. O caso está sob investigação no tribunal.

Segundo a reportagem, parte dos R\$ 116 mil apreendidos na casa de Eike desapareceram sem deixar rastros da 3ª Vara Criminal, comandada pelo juiz Flávio Roberto de Sousa. O magistrado era o responsável pelo processo em que Eike responde por manipulação de mercado e uso indevido de informações privilegiadas. ♡